

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos da Pauta da 2ª Reunião Extraordinária de 2015

Data da Reunião: 02/06/2015 - Horário: 12:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

LDO

1) PL 156/2015	Executivo - FERNANDO HADDAD	Votação			
DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2016. Relator: Ver. JAIR TATTO (PT)			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Obs:					

Plano Municipal de Educação

2) PL 415/2012	Executivo - GILBERTO KASSAB	Votação			
APROVA O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DA CIDADE DE SÃO PAULO PARA O DECÊNIO 2011-2020 Relator: Ver. PAULO FIORILO (PT)			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Obs:					

Projetos para Votação em Plenário

3) PL 18/2004	Ver. DALTON SILVANO (PV)	Votação			
OBRIGA A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO A INDENIZAR AS VITIMAS DE ENCHENTES E INUNDAÇÕES POR PEDRAS E DANOS A MÓVEIS, ELÉTRODOMESTICOS, ELETROELETRÔNICOS, VEÍCULOS E DANOS MATERIAIS AOS IMÓVEIS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos da Pauta da 2ª Reunião Extraordinária de 2015

Data da Reunião: 02/06/2015 - Horário: 12:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Relator: Ver. OTA (PROS)	Ver. OTA (PROS)	.	.	.
Parecer: CONTRARIO	Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
	Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: obriga a Prefeitura Municipal de São Paulo a indenizar as vítimas de enchentes e inundações por perdas e danos a móveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos, veículos e danos materiais aos imóveis.

Comissão de Constituição e Justiça: pela legalidade (fl. 4).

Comissão de Administração Pública: parecer favorável (fl. 10).

Comissão de Finanças e Orçamento:

Solicitadas informações ao Executivo (fls. 11), com resposta a fls. 15/23:

- "... o projeto ... acha-se maculado pela imprecisa redação de seu artigo 1º, que não especifica o tipo de enchentes ou inundações que, uma vez sofridas pelos munícipes de São Paulo, acarretarão a obrigação de indenização por parte do Poder Executivo do Município.

Com efeito, ao realizar a genérica referência a 'enchentes ou inundações na cidade de São Paulo'... a iniciativa impõe a obrigação de indenizar aos munícipes que forem vítimas de enchentes ou inundações de qualquer tipo, sejam estas causadas por galerias, córregos, canais, rios, represas, etc., podendo estas ser ou não de competência do Município de São Paulo." Assessoria Técnica de Assuntos Jurídicos – Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras – fls. 21;

- "... Tome-se, à guisa de exemplo, o caso de eventual transbordamento das águas do rio Tietê, cujas águas e cujo álveo são, nos termos do artigo 29, inciso II, "b" do Código de Águas (Decreto Federal nº 24.643/34), de propriedade do governo do Estado de São Paulo.

Em tal hipótese, não obstante a conduta omissiva causadora do eventual transbordamento seja atribuível ao governo estadual, estaria a Prefeitura do Município de São Paulo obrigada a indenizar a vítima das enchentes ou inundações a que não deu causa, seja por ação ou omissão" – idem (fls. 21/22).

Nova solicitação de informações ao Executivo (fls. 25), com resposta a fls. 28/47:

"O quesito nº 01 de fls. 29, para o qual é solicitada manifestação, diz:

'Qual a opinião do Executivo sobre um eventual substitutivo, que alterasse a redação do art. 1º do projeto, especificando que o projeto abrange as enchentes ou inundações decorrentes apenas de ação ou omissão de responsabilidade do Município de São Paulo'.

Entendo que a hipótese se refere às situações de culpa da Administração – onde deve ser provada a ação ou omissão causadora do dano – se realizando, portanto, no plano da casuística onde é impossível qualquer formulação normativa.

Por outro lado, o particular lesado tem sempre a via administrativa para formular pedidos indenizatórios desse jaez que são analisados por JUD.32 a teor do disposto no inciso II do artigo 27 do Decreto Municipal nº 27.321/88 [obs: há cópia anexada do dispositivo mencionado]. Ainda, cumpre consignar que o artigo 4º da propositura em questão estabelece a cada Subprefeitura a competência para fixar os critérios técnicos e valores de indenização dos pedidos que lhe serão dirigidos contrariando frontalmente o dever de imparcialidade e isonomia a que está obrigada a Administração. Os critérios devem ser únicos para todo e qualquer contribuinte lesado" (fls. 44) - Procuradoria Geral do Município da Secretaria dos Negócios Jurídicos.

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos da Pauta da 2ª Reunião Extraordinária de 2015

Data da Reunião: 02/06/2015 - Horário: 12:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

O projeto geraria despesas obrigatórias de caráter continuado, sem haver demonstração nos autos de seu valor e da existência de previsão orçamentária. Ressalte-se que a exigência estabelecida pela Lei de Responsabilidade Fiscal referente a demonstrativos que mostrem tais dados situa-se no contexto da gestão orçamentária e financeira, razão de ser dessa norma, e a análise sob o ponto de vista do impacto presente e futuro nas despesas insere-se na competência desta Comissão, conforme estabelece o art. 47, II, e, do Regimento Interno:

Regimento Interno

“Art. 47 É da competência específica:

....

II - Da Comissão de Finanças e Orçamentos:

....

e) opinar sobre proposições referentes a matéria tributária, abertura de créditos, empréstimos públicos, dívida pública e outras que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município e acarretem responsabilidades para o erário municipal;”

Elaboração: Bruno Nunes Medeiro - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº 18/2004 DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Dalton Silvano, visa obrigar a Prefeitura Municipal de São Paulo a indenizar os munícipes vítimas de enchentes ou inundações no Município de São Paulo — nas vias públicas ou em suas residências —, por perdas e danos a móveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos, veículos e danos materiais aos imóveis, a partir de janeiro de 2004. Ainda de acordo com a propositura, as indenizações deverão obedecer a critérios técnicos e valores definidos através de cada subprefeitura.

Apesar das elevadas intenções de seu ilustre autor, consideramos que a propositura não merece prosperar, por estar em desacordo com as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal. De acordo com esta última:

“Art. 15. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos arts. 16 e 17.

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias”.

Estando ausentes do corpo da propositura a estimativa de impacto orçamentário-financeiro e a declaração do ordenador da despesa, resta concluir que o projeto não atende ao artigo 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal e, se aprovado, suas disposições seriam consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público.

Além disso, já existe legislação que contempla as disposições da propositura. Com efeito, a Lei nº 14.493, de 9 de agosto de 2007, que autoriza o Poder Executivo a conceder isenção ou remissão do

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos da Pauta da 2ª Reunião Extraordinária de 2015

Data da Reunião: 02/06/2015 - Horário: 12:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU incidente sobre imóveis edificadas atingidos por enchentes e alagamentos causados pelas chuvas ocorridas no Município de São Paulo a partir de 1º de outubro de 2006, já está regulamentada pelo Decreto nº 48.767, de 27 de setembro próximo passado.

Em vista do exposto, contrário é o parecer.
Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

4) PL 785/2005	Ver. GOULART (PSD)	Votação			
DISPÕE SOBRE A CONSTRUÇÃO DE ARQUIBANCADAS, QUADRAS POLIESPORTIVAS E SALAS DE AULA NO AUTÓDROMO DE INTERLAGOS JOSE CARLOS PACE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS			Favor	Contra	Abst.
Relator: Ver. ABOU ANNI (PV) Parecer: FAVORAVEL COM SUBSTITUTIVO		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: determina que a São Paulo Turismo S/A construa arquibancadas fixas no Autódromo de Interlagos José Carlos Pace, estabelecendo, ademais, que nos vãos das arquibancadas fixas deverão ser construídas quadras poliesportivas, salas de aula e espaços de convivência para atender às escolas da rede pública municipal de ensino, à Escola Básica de Mecânica de Interlagos, bem como a outros cursos ligados ao automobilismo.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 4/5).

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: foram solicitadas informações ao Executivo (fls. 6), com resposta a fls. 09/17:

-“... Se considerarmos que a Secretaria de Educação, nos anos de 2006 e 2007, tem se pautado em reorganizar os seus próprios espaços, conforme descrito anteriormente, acreditamos não subsistir o interesse em utilizar de maneira compartilhada e portanto onerosa, os espaços do Autódromo.” – Gabinete do Secretário – Secretaria Municipal de Educação (fls. 11/12);

-“... Diante do posicionamento da Secretaria Municipal da Educação, a qual afirma não subsistir o interesse em utilizar de maneira compartilhada os espaços do Autódromo, a São Paulo Turismo S/A entende que o Projeto de Lei 01-0785/2005 perdeu o cerne do seu objeto, qual seja, o de conciliar os investimentos no Autódromo de Interlagos com a implementação de política pública de inclusão social” – Chefia de Gabinete - Secretaria Municipal de Gestão (fls.15);

-“... a construção de arquibancadas fixas no Autódromo de Interlagos importa em realização de obras, o que apenas pode ser efetivado, de acordo com Termo de Permissão de Uso a Título Precário e Gratuito, com a prévia aprovação das unidades competentes da Permitente, no caso, a Prefeitura do Município de São Paulo” – Chefia de Gabinete - São Paulo Turismo (fls. 16).

Essa Comissão exarou parecer favorável (fls.18).

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: parecer favorável. (fls.19)

Comissão de Finanças e Orçamento: foram solicitadas informações ao Executivo (fls. 25), com resposta a fls.28/29, “no sentido da inviabilidade da propositura”:

- "... o Projeto... "deve ser integralmente **vetado** pelo poder executivo. Diante do não interesse na construção dos equipamentos acima elencados, restam prejudicados os quesitos..." – Chefia de Gabinete - São Paulo Turismo S. A. (fls. 29).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

O projeto geraria despesas obrigatórias de caráter continuado, sem haver demonstração nos autos de seu valor e da existência de previsão orçamentária. Ressalte-se que a exigência estabelecida pela Lei de Responsabilidade Fiscal referente a demonstrativos que mostrem tais dados situa-se no contexto da gestão orçamentária e financeira, e a análise sob o ponto de vista do impacto presente e futuro nas despesas insere-se na competência desta Comissão, conforme estabelece o art. 47, II, "e", do Regimento Interno:

Regimento Interno

"Art. 47 É da competência específica:

....

II - Da Comissão de Finanças e Orçamento:

....

e) opinar sobre proposições referentes a matéria tributária, abertura de créditos, empréstimos públicos, dívida pública e outras que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município e acarretem responsabilidades para o erário municipal;"

Elaboração: Bruno Nunes Medeiro - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº
O PROJETO DE LEI Nº 785/2005

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Antonio Goulart, visa determinar que a São Paulo Turismo S/A construa arquibancadas fixas no Autódromo de Interlagos José Carlos Pace, estabelecendo, ademais, que nos vãos dessas arquibancadas deverão ser construídas quadras poliesportivas, salas de aula e espaços de convivência para atender às escolas da rede pública municipal de ensino, à Escola Básica de Mecânica de Interlagos, bem como a outros cursos ligados ao automobilismo.

De acordo com a justificativa da propositura, os atuais 15.000 lugares nas arquibancadas fixas do Autódromo serão ampliados, "oferecendo à população maior conforto e segurança", e a construção de quadras poliesportivas nos vãos das arquibancadas contribuirá "para criar alternativas de entretenimento, lazer e a integração da população com seus espaços públicos". Ainda conforme a justificativa, a mencionada Escola de Mecânica Automotiva "desde a sua fundação formou e ajudou na colocação de mais de 1,9 mil profissionais na área".

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor, porquanto as despesas para sua execução correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer. Contudo, a fim de correção de equívoco de grafia, apresentamos o seguinte substitutivo:

SUBSTITUTIVO Nº

AO PROJETO DE LEI Nº 785/2005

Dispõe sobre a construção de arquibancadas, quadras poliesportivas e salas de aula no Autódromo de Interlagos José Carlos Pace, e dá outras providências.

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos da Pauta da 2ª Reunião Extraordinária de 2015

Data da Reunião: 02/06/2015 - Horário: 12:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

A Câmara Municipal de São Paulo decreta:

Art. 1º A São Paulo Turismo S/A deverá construir arquibancadas fixas no Autódromo "José Carlos Pace".

Art. 2º Nos vãos das arquibancadas fixas do Autódromo "José Carlos Pace", a São Paulo Turismo S/A deverá construir quadras poliesportivas, salas de aula e espaços de convivência para atender às escolas da rede pública municipal de ensino, à Escola Básica de Mecânica de Interlagos, bem como a outros cursos ligados ao automobilismo.

Art. 3º A São Paulo Turismo S/A poderá firmar parcerias com a iniciativa privada para a consecução dos objetivos desta lei.

Art. 4º As despesas com a execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

5) PL 615/2006	Ver. RICARDO MONTORO (PSDB); Ver. CLÁUDIO PRADO (PDT); Ver. SONINHA (PT); Ver. FARHAT (PTB); Ver. ABOU ANNI (PV); Ver. GOULART (PSD); Ver. JORGE TADEU (PFL)	Votação			
DISPÕE SOBRE A CONSTRUÇÃO E A DISPONIBILIZAÇÃO PARA A POPULAÇÃO DE INSTALAÇÕES SANITÁRIAS DE USO PÚBLICO E GRATUITO NOS LOGRADOUROS E PRÓPRIOS COM GRANDE CIRCULAÇÃO E/OU CONCENTRAÇÃO DE PESSOAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.
Relator: Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)					
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COM. POLÍTICA URBANA					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por 2 (duas) sessões em 13/05/2015 a pedido do Ver. Paulo Fiorilo.

ASSUNTO: obriga o Poder Público Municipal a construir e disponibilizar, nos logradouros e próprios municipais com grande circulação e/ou concentração de pessoas, instalações sanitárias públicas coletivas, devidamente equipadas, para uso gratuito pela população.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fl. 05)

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: realizou duas audiências públicas nos dias 09 (menção ao PL às fls. 09/10) e 23 de abril de 2008 (menção ao PL às fls. 16/17). Não houve inscritos.

A Comissão exarou parecer favorável com apresentação de substitutivo visando retirar da propositura a

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos da Pauta da 2ª Reunião Extraordinária de 2015

Data da Reunião: 02/06/2015 - Horário: 12:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

expressão “próprios municipais” dado que o Código de Obras e Edificações já dispõe sobre sanitários nos referidos locais. (fls. 26/27)

Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher: em 2008, solicitou quesitos ao Executivo (fl. 28) que em sua resposta (fls. 31/36) se posicionou pelo veto ao projeto:

“(…) Embora não sejam fixados prazos ou metas, o tratamento conjunto do problema da disponibilização de instalações sanitárias públicas não contribui para a solução do problema. No logradouro público, o problema deve ser tratado no âmbito do disposto nas Leis 13.430/02 e 13.885/05, em relação ao mobiliário urbano. Nos próprios municipais, que tenham atendimento ou visitação pública, estes sim poderiam ser alcançados por um dispositivo legal desta natureza.

Uma vez que o “caput” do Art. 1º é o que dispõe integralmente sobre o objetivo do PL, somos pelo veto do mesmo.” (fl. 32).

Em 2015, a Comissão apresentou parecer favorável nos termos do substitutivo da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente.

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

O projeto geraria despesas obrigatórias de caráter continuado, sem haver demonstração nos autos de seu valor e da existência de previsão orçamentária. Ressalte-se que a exigência estabelecida pela Lei de Responsabilidade Fiscal referente a demonstrativos que mostrem tais dados situa-se no contexto da gestão orçamentária e financeira, razão de ser dessa norma, e a análise sob o ponto de vista do impacto presente e futuro nas despesas insere-se na competência desta Comissão, conforme estabelece o art. 47, II, “e”, do Regimento Interno:

Regimento Interno

“Art. 47 É da competência específica:

....

II - Da Comissão de Finanças e Orçamentos:

....

e) opinar sobre proposições referentes a matéria tributária, abertura de créditos, empréstimos públicos, dívida pública e outras que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município e acarretem responsabilidades para o erário municipal;”

Não consta dos autos do processo a(s) estimativa/demonstração/medidas de compensação/premissa metodologia de cálculo/comprovação exigida(s) pelos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal Complementar 101/2000).

Para maiores detalhes do impacto orçamentário sugerimos quesitos ao Executivo

Elaboração: Sidney Richard Sylvestre - Consultor Técnico Legislativo - Economista

Revisão: Regina Eiko Kimachi – Consultora Técnica Legislativa - Economista

PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 615/2006

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria dos nobres Vereadores Abou Anni, Cláudio Prado, Farhat, Goulart, Jorge Tadeu, Ricardo Montoro e Soninha, visa obrigar o Poder Público Municipal a construir e disponibilizar, nos logradouros e próprios municipais com grande circulação e/ou concentração de pessoas, instalações sanitárias públicas coletivas, devidamente equipadas, para uso gratuito pela população.

A douta Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente exarou parecer

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos da Pauta da 2ª Reunião Extraordinária de 2015

Data da Reunião: 02/06/2015 - Horário: 12:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

favorável com apresentação de substitutivo visando retirar da propositura a expressão “próprios municipais”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer nos termos do substitutivo da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

6) PL 655/2009	Ver. CHICO MACENA (PT); Ver. NABIL BONDUKI (PT)	Votação			
ALTERA A LEI 14.266, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2007, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (SOBRE O SISTEMA CICLOVIÁRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.)			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.
Relator: Ver. PAULO FIORILO (PT)					
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COM. POLÍTICA URBANA					

Obs: Vistas ao Ver. Ricardo Nunes em 06/08/2014. Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: visa alterar a Lei 14.266, de 6 de fevereiro de 2007, que dispõe sobre a criação do Sistema Ciclovitário no Município de São Paulo. Entre as disposições da propositura, os terminais intermunicipais de ônibus, estações de trens, estações do metrô, órgãos públicos, centros de lazer, centros comerciais e de serviços, shopping centers, condomínios comerciais e residenciais, hospitais, cursos, escolas públicas ou privadas, os centros educacionais, faculdades públicas ou privadas ou qualquer outra instituição de ensino, fábricas, supermercados, agências bancárias, academias, instalações desportivas, praças, museus, teatros, cinemas, casas de cultura, centro culturais, casas de shows, estacionamento públicos ou privados, calçadões, centro de convenções e centro de eventos deverão possuir espaços seguros para estacionamento de bicicletas, com paraciclos ou bicicletário, como parte de infraestrutura de apoio a este modal de transporte. Atualmente, a Lei 14.226 abrange: os terminais e estações do Sistema Integrado de Transporte de Passageiro, edificações públicas, condomínios, indústrias, parques, centro de compras.

A propositura dispõe também que os locais de estacionamento públicos e privados devem reservar espaço para estacionamento de bicicletas, na proporção de uma vaga de bicicleta para cada 10 vagas de automóveis. Nos estacionamentos pagos, o valor cobrado pelo estacionamento de bicicleta não poderá ser superior a 33% do correspondente ao cobrado pelo estacionamento de automóvel. Os estabelecimentos mencionados deverão adequar-se as disposições desta lei no prazo de 360 dias. A inobservância pelos estabelecimentos privados das disposições desta lei, sujeitará o infrator as seguintes penalidades: advertência, multa de R\$ 1.000,00, dobrada na reincidência e cassação do alvará de funcionamento.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: parecer pela **constitucionalidade** e pela **legalidade**, na forma de **substitutivo** proposto para adequar o projeto à melhor técnica de elaboração legislativa (fls. 27 a 35).

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: foram realizadas duas audiências

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos da Pauta da 2ª Reunião Extraordinária de 2015

Data da Reunião: 02/06/2015 - Horário: 12:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

públicas, a primeira em 21/09/2011 (fls 37 a 54) contando com a manifestação de diversas entidades, e a segunda em 20/06/2012 (fls. 56) na qual foi apresentado o texto da propositura. Essa Comissão exarou parecer **favorável**, apresentando, porém, **substitutivo ao substitutivo aprovado pela CCJLP**, acolhendo sugestões do próprio autor levando em conta as manifestações em audiência pública (fls 58 a 66). Entre as alterações apresentadas no substitutivo, destacam-se: os locais de estacionamento públicos e privados devem reservar **3%** de sua área para estacionamento de bicicletas; nos estacionamentos pagos, o valor cobrado pelo estacionamento de bicicleta não poderá ser superior a **10%** do correspondente ao cobrado pelo estacionamento de automóvel; a inobservância pelos estabelecimentos privados das disposições desta lei sujeitará o infrator as seguintes penalidades: advertência, multa de **R\$ 5.000,00**, dobrada na reincidência, e cassação do alvará de funcionamento.

Comissão de Administração Pública: parecer **favorável** nos termos do **substitutivo** aprovado pela Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente (fls. 71 a 72)

Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia: parecer **favorável** nos termos do **substitutivo** aprovado pela Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente (fls. 74 a 76)

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

O projeto geraria despesas obrigatórias de caráter continuado, sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária.

Ressalte-se que as exigências estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal referentes a demonstrativos que mostrem tais dados (especificamente art. 16 [que exige estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas] e art. 17 [que determina comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais, contendo as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias]) situam-se no contexto da gestão orçamentária e financeira, e a análise sob o ponto de vista do impacto presente e futuro nas despesas insere-se na competência desta Comissão, conforme estabelece o art. 47, II, "e", do Regimento Interno:

Regimento Interno

"Art. 47 É da competência específica:

....

II - Da Comissão de Finanças e Orçamento:

....

e) opinar sobre proposições referentes a matéria tributária, abertura de créditos, empréstimos públicos, dívida pública e outras que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município e acarretem responsabilidades para o erário municipal;"

Não consta dos autos do processo a(s) estimativa/demonstração/medidas de compensação/premissas e metodologia de cálculo/comprovação exigida(s) pelos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000).

Para dimensionar o impacto, sugere-se envio de quesitos ao Executivo.

Elaboração: Rodrigo Mantovani Policano / Thiago de Carvalho Alves - Consultores Técnicos Legislativo - Economia

Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 655/2009

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria dos nobres Vereadores Chico Macena e Nabil Bonduki, visa

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos da Pauta da 2ª Reunião Extraordinária de 2015

Data da Reunião: 02/06/2015 - Horário: 12:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

alterar a Lei nº 14.266, de 6 de fevereiro de 2007, que dispõe sobre a criação do Sistema Cicloviário no Município de São Paulo.

A propositura estabelece, dentre outras disposições, que os terminais intermunicipais de ônibus, estações de trens, estações do metrô, órgãos públicos, centros de lazer, centros comerciais e de serviços, shopping centers, condomínios comerciais e residenciais, hospitais, cursos, escolas públicas ou privadas, os centros educacionais, faculdades públicas ou privadas ou qualquer outra instituição de ensino, fábricas, supermercados, agências bancárias, academias, instalações desportivas, praças, museus, teatros, cinemas, casas de cultura, centros culturais, casas de shows, estacionamento públicos ou privados, calçadas, centro de convenções e centro de eventos deverão possuir espaços seguros para estacionamento de bicicletas, com paraciclos ou bicicletário, como parte de infraestrutura de apoio a este modal de transporte. Atualmente, a Lei 14.226 abrange os terminais e estações do Sistema Integrado de Transporte de Passageiros, edificações públicas, condomínios, indústrias, parques e centro de compras.

O projeto dispõe também que os locais de estacionamento públicos e privados devem reservar espaço para estacionamento de bicicletas, e, nos estacionamentos pagos, o valor cobrado pelo estacionamento de bicicleta não poderá ser superior a um percentual do correspondente ao cobrado pelo estacionamento de automóvel.

Ainda de acordo com a propositura, os estabelecimentos mencionados deverão adequar-se às suas disposições no prazo de 360 dias, e a inobservância de suas disposições pelos estabelecimentos privados sujeitará o infrator às seguintes penalidades: advertência, multa (dobrada na reincidência), e cassação do alvará de funcionamento.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou substitutivo em seu parecer, onde adapta o projeto a melhor técnica de elaboração legislativa.

A douta Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente realizou duas audiências públicas, apresentando em seu parecer substitutivo ao substitutivo aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, acolhendo sugestões de um dos autores, levando em conta as manifestações em audiência pública.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável ao substitutivo da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

7) PL 65/2010	Ver. GILSON BARRETO (PSDB); Ver. EDUARDO TUMA (PSDB); Ver. MÁRIO COVAS NETO (PSDB); Ver. AURELIO NOMURA (PSDB); Ver. FLORIANO PESARO (PSDB); Ver. MARA GABRILLI (PSDB); Ver. CLAUDINHO DE SOUZA (PSDB); Ver. CALVO (PMDB); Ver. MARTA COSTA (PSD)	Votação			
			Favor	Contra	Abst.
ALTERA A REDAÇÃO DO INCISO III DO ARTIGO 2º DA LEI 11.614, DE 13 DE JULHO DE 1994, AMPLIANDO A FAIXA DE ISENÇÃO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO, COMO ESTABELECE. (AMPLIA DE TRÊS PARA QUATRO SALÁRIOS MÍNIMOS A RENDA MENSAL DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS PASSÍVEIS DE ISENÇÃO DE IPTU)	Relator: Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos da Pauta da 2ª Reunião Extraordinária de 2015

Data da Reunião: 02/06/2015 - Horário: 12:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Parecer: CONTRARIO
Há voto em separado do Ver. Aurélio Nomura: FAVORÁVEL
COM SUBSTITUTIVO.

Obs: Vistas ao Ver. Alfredinho em 06/08/2014. Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por 2 (duas) sessões em 06/05/2015 a pedido dos Vereadores Jair Tatto e Ota. Adiado por 1 (uma) sessão em 20/05/2015 a pedido do Ver. Milton Leite.

ASSUNTO: altera a redação do inciso III do art. 2º da Lei nº 11.614, de 13 de julho de 1994 — que concede isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano e taxas que especifica incidentes sobre imóvel integrante do patrimônio de aposentados, pensionistas e beneficiários de renda mensal vitalícia —, ampliando a faixa de isenção do referido imposto. O projeto em tela visa alterar essa legislação que concede isenção de IPTU aos aposentados, pensionistas e beneficiários de renda mensal vitalícia, aumentando a faixa de isenção dessa população alvo mediante incremento do limite de rendimento mensal de 3 (três) para 4 (quatro) salários mínimos. Na sua justificativa, os nobres Autores ressaltam que “em função do desenvolvimento da economia brasileira, do reajuste natural dos preços no tempo, e da queda do poder real de compra de aposentados e pensionistas, que em muito se dá em função de descompasso entre o reajuste de seus benefícios e o reajuste real dos preços, passados 15 (quinze) anos da instituição daquele parâmetro, torna-se diligente e razoável incrementar o mesmo de 3 (três) para 4 (quatro) salários mínimos”.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: solicitaram quesitos ao Executivo (fls.25/26), com resposta a fls.28/37, concluindo pela “inviabilidade da propositura, pois seu objetivo já se encontra atendido pela legislação tributária, restando impossibilitada a análise do respectivo impacto financeiro” (fl.28). **Manifestação da Secretaria Municipal de Finanças:** “(...) A justificativa presente no citado PL funda-se na questão da pretensa queda do poder real de compra dos aposentados e pensionistas em função do descompasso entre o reajuste de seus benefícios e o reajuste real dos preços. Ocorre que a faixa de isenção atualmente prevista foi referenciada não em unidades monetárias nominais (Reais), mas em “salários mínimos”, justamente para se evitar o efeito inflacionário sobre as faixas de renda estipuladas. De fato, desde 1994 o valor do salário mínimo vem sendo reajustado anualmente em patamar superior ao da inflação, conforme pode ser verificado no quadro de fl. 15. Assim, é forçoso concluir que o objetivo já se encontra instituído na legislação atual. No que tange ao questionamento da eventual renúncia fiscal, insta ressaltar que a Administração Tributária não dispõe em seus cadastros das informações referentes à quantidade de imóveis de propriedade de aposentados, pensionistas ou beneficiários do INSS que recebam entre 3 (três) e 4 (quatro) salários mínimos. Dessa forma, exsurge inviabilizada a tentativa de se estimar a renúncia fiscal com o escopo de se atender a exigência contida no art. 14 da L.C. nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal). (...) a necessidade de compensação da extensão do benefício com o aumento objetivo de carga tributária, a fim de se cumprir o disposto no inciso II do artigo supracitado, acabará por onerar os orçamentos dos demais municípios. Da mesma forma, se por alternativa reduzirem-se as despesas com os serviços públicos prestados pela municipalidade, em decorrência da renúncia fiscal, tal medida afetará principalmente a parcela da população mais necessitada de tais benefícios. (...) apesar do nobre ideal contido no Projeto de Lei sob exame, acreditamos que a Proposta de Lei Municipal deva ser rejeitada eis que seu objetivo já se encontra atendido pela legislação hodierna, pela impossibilidade de ser realizada estimativa quanto ao seu impacto, e pela gravidade das

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos da Pauta da 2ª Reunião Extraordinária de 2015

Data da Reunião: 02/06/2015 - Horário: 12:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

medidas compensatórias decorrentes da renúncia fiscal” (fl.35). A Comissão exarou parecer pela **constitucionalidade e legalidade** (fls.43/44).

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: favorável (fls.49/50).

Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher: favorável (fl.51)

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

O projeto implicará ao Executivo aumento de renúncia de receita fiscal, em virtude da isenção do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano, o que vai de encontro ao que preconiza o Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Ressalte-se que a Lei 11.614/94 foi alterada pela Lei Nº 15.889, de 5 de novembro de 2013, conforme quadro acima. A Lei 15.889 concede isenção parcial de 50% aos que recebem entre 3 e 4 salários (aposentados, pensionistas e beneficiários de renda vitalícia) e cujo valor do imóvel não seja superior a R\$ 1 milhão.

Para manter o objetivo do PL 65/2010, de dar isenção total para os mencionados acima que recebem até 4 salários mínimos, será necessário:

- alterar o inciso I do art. 1º, de “I – 100% (cem por cento), quando o valor bruto recebido pelo interessado for de até 3 (três) salários mínimos;” para “I – 100% (cem por cento), quando o valor bruto recebido pelo interessado for de até 4 (quatro) salários mínimos;”;

- revogar o inciso II.

Ressalte-se que a sugestão acima mantém o limite de R\$ 1 milhão do valor do imóvel.

Constam dos autos do processo as estimativas/demonstrações/medidas de compensação/premissas e metodologia de cálculo/comprovação exigidas pelos seguintes dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal **(sim ou não)**:

Art. 14 - A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de **estimativa** do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

☐ **sim** ☒ **não**

I - **demonstração** pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II - estar acompanhada de **medidas de compensação**, no período mencionado no *caput*, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

☐ **sim** ☒ **não**

Elaboração: Emerson Rildo Araújo de Carvalho – Consultor Técnico Legislativo - Economista

Revisão: Regina Eiko Kimachi - Consultora Técnica Legislativo – Economista

PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 65/2010

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria dos nobres Vereadores Mara Gabrielli, Marta Costa, Floriano Pesaro, Aurélio Nomura, Calvo, Gílson Barreto, Claudinho de Souza, Mário Covas Neto e Eduardo Tuma,

visa alterar a redação do inciso III do art. 2º da Lei nº 11.614, de 13 de julho de 1994 — que concede isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano e taxas que especifica incidentes sobre imóvel integrante do patrimônio de aposentados, pensionistas e beneficiários de renda mensal vitalícia —, ampliando a faixa de isenção do referido imposto.

A propositura objetiva alterar essa legislação que concede isenção de IPTU aos aposentados, pensionistas e beneficiários de renda mensal vitalícia, aumentando a faixa de isenção dessa população alvo mediante incremento do limite de rendimento mensal de 3 (três) para 4 (quatro) salários mínimos. Na sua justificativa, os nobres Autores ressaltam que “em função do desenvolvimento da economia brasileira, do reajuste natural dos preços no tempo, e da queda do poder real de compra de aposentados e pensionistas, que em muito se dá em função de descompasso entre o reajuste de seus benefícios e o reajuste real dos preços, passados 15 (quinze) anos da instituição daquele parâmetro, torna-se diligente e razoável incrementar o mesmo de 3 (três) para 4 (quatro) salários mínimos”.

Ocorre que a Lei 11.614/94, foi alterada pela Lei 15.889, de 5 de novembro de 2013, que passou a conceder isenção parcial de 50% aos aposentados, pensionistas e beneficiários de renda vitalícia, definidos no artigo 1º da Lei nº 13.776, de 10/02/2004 que recebem entre 3 e 4 salários e cujo valor do imóvel não seja superior a R\$ 1 milhão.

Em resposta a quesitos da douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, o Executivo pondera que “a faixa de isenção atualmente prevista foi referenciada não em unidades monetárias nominais (Reais), mas em “salários mínimos”, justamente para se evitar o efeito inflacionário sobre as faixas de renda estipuladas. De fato, desde 1994 o valor do salário mínimo vem sendo reajustado anualmente em patamar superior ao da inflação, (...) Assim, é forçoso concluir que o objetivo já se encontra instituído na legislação atual. No que tange ao questionamento da eventual renúncia fiscal, insta ressaltar que a Administração Tributária não dispõe em seus cadastros das informações referentes à quantidade de imóveis de propriedade de aposentados, pensionistas ou beneficiários do INSS que recebam entre 3 (três) e 4 (quatro) salários mínimos. Dessa forma, exsurge inviabilizada a tentativa de se estimar a renúncia fiscal com o escopo de se atender a exigência contida no art. 14 da L.C. nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal). (...) a necessidade de compensação da extensão do benefício com o aumento objetivo de carga tributária, a fim de se cumprir o disposto no inciso II do artigo supracitado, acabará por onerar os orçamentos dos demais municípios. Da mesma forma, se por alternativa reduzirem-se as despesas com os serviços públicos prestados pela municipalidade, em decorrência da renúncia fiscal, tal medida afetará principalmente a parcela da população mais necessitada de tais benefícios”.

Quanto aos aspectos atinentes a esta Comissão, apesar das elevadas intenções dos nobres Autores, consideramos que a matéria não deve prosperar. Com efeito, apesar de a Prefeitura Municipal não dispor de cadastro que relacione a renda dos contribuintes do IPTU, fica claro que a entrada em vigor do projeto implicaria aumento da renúncia fiscal já prevista na Lei 15.889/2013. Essa redução da receita desse imposto fundamental para as finanças municipais efetivamente significaria menos recursos para atendimento das inúmeras demandas sociais, e consideramos que o benefício conforme estabelece a referida Lei 15.889/2013 já vem ao encontro da justiça fiscal.

Destarte, **contrário** ao projeto é o parecer.

VOTO EM SEPARADO AO RELATÓRIO DO RELATOR DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 65/2010

De autoria dos nobres Vereadores Mara Gabrilli, Marta Costa, Floriano Pesaro, Aurélio Nomura, Calvo, Gilson Barreto, Claudinho de Souza, Mário Covas Neto e Eduardo Tuma, o presente projeto de lei objetiva alterar a redação do inciso III do art. 2º da Lei nº 11.614, de 13 de julho de 1994 — que concede isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano e taxas que especifica incidentes sobre imóvel integrante do patrimônio de aposentados, pensionistas e beneficiários de renda mensal vitalícia —, ampliando a faixa de isenção do referido imposto. O projeto em tela visa alterar essa legislação que concede isenção de

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos da Pauta da 2ª Reunião Extraordinária de 2015

Data da Reunião: 02/06/2015 - Horário: 12:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

IPTU aos aposentados, pensionistas e beneficiários de renda mensal vitalícia, aumentando a faixa de isenção dessa população alvo mediante incremento do limite de rendimento mensal de 3 (três) para 4 (quatro) salários mínimos.

Quanto à justiça fiscal, a propositura reveste-se do maior interesse, eis que a situação dos aposentados e pensionistas, por todos conhecida, merece um tratamento diferenciado no aspecto tributário. Destarte, a alteração ora proposta vem ao encontro do interesse público.

Quanto aos aspectos atinentes a esta Comissão, portanto, favorável é o voto. Contudo, como a Lei 11.614/94 foi alterada pela Lei nº 15.889, de 5 de novembro de 2013, para manter o objetivo do projeto sugerimos o seguinte substitutivo:

SUBSTITUTIVO Nº

AO PROJETO DE LEI Nº 65/2010

Altera a redação do inciso I do art. 1º, da Lei nº 11.614, de 13 de julho de 1994, **com as alterações da Lei nº 15.889, de 5 de novembro de 2013**, e revoga o inciso II desse mesmo artigo, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de São Paulo D E C R E T A:

Art. 1º - O inciso I do art. 1º, da Lei 11.614, de 13 de julho de 1994, com as alterações da Lei nº 15.889, de 5 de novembro de 2013 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º ...

I – 100% (cem por cento), quando o valor bruto recebido pelo interessado for de até 4 (quatro) salários mínimos;" (NR)

Art. 2º Fica revogado o inciso II do art. 1º da Lei nº 11.614, de 13 de julho de 1994, com as alterações da Lei nº 15.889, de 5 de novembro de 2013.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º Esta lei entra em vigor em 1º de janeiro do ano em que a estimativa de renúncia de receita por ela acarretada tiver sido considerada na lei orçamentária anual.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

8) PL 560/2010		Ver. WADIIH MUTRAN (PP)		Votação			
DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DO FORNECIMENTO DE REVESTIMENTO DESCARTÁVEL POR SISTEMA AUTOMÁTICO DE ASSENTO DE VASO SANITÁRIO AOS ESTABELECIMENTOS DE QUALQUER NATUREZA, PRINCIPALMENTE NOS BANHEIROS DENOMINADOS DE USO PÚBLICO EM LOCAIS TAIS: "SHOPPING CENTERS", CINEMAS, TEATROS, RESTAURANTES, BARES, LANCHONETES E SIMILARES, CENTROS COMERCIAIS. CENTROS DE CONVENCÕES.					Favor	Contra	Abst.
				Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
				Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
				Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
				Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
				Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
				Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
				Ver. OTA (PROS)	.	.	.
				Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
				Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos da Pauta da 2ª Reunião Extraordinária de 2015

Data da Reunião: 02/06/2015 - Horário: 12:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

ACADEMIAS ESPORTIVAS, ESTÁDIOS, HOTÉIS, MOTÉIS, FLATS E SIMILARES, CASAS NOTURNAS, CLUBES, ESTABELECIMENTOS DE ENSINO, HOSPITAIS, CLÍNICAS, CONSULTÓRIOS, FARMÁCIAS, LABORATÓRIOS E OUTROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Relator: Ver. ABOU ANNI (PV)

Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: estabelece que os banheiros de uso público em entidades públicas e particulares no Município de São Paulo deverão fornecer aos usuários, por sistema automático, revestimento descartável de assento do vaso sanitário, sendo que este poderá ser em papel ou plástico.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 24/26), com “apresentação de Substitutivo ao projeto original para converter o valor da multa em reais, bem como para inserir parágrafo prevendo a sua atualização” (fls. 25) - valor da multa: R\$ 532,00.

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: favorável, na “forma de Substitutivo, para que o ordenamento jurídico vigente não seja sobrecarregado com normas esparsas dispondo sobre a mesma matéria”, tendo em vista que “o intento já se encontra parcialmente disciplinado pela Lei 12.641/98, que dispõe sobre a obrigatoriedade do fornecimento de protetor de papel descartável para assento de bacia sanitária nos locais que especifica, inovando, no entanto, quando estabelece que o fornecimento de revestimento descartável para assento poderá ser de plástico ou de papel e deve ser feito de forma automática, sem contato físico” (fls. 27/28).

Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia: favorável, nos termos do substitutivo apresentado pela Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente. (fls. 32/33).

Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher: realizou duas audiências públicas nos dias 01 (fls. 34 a 47) e 15 (fls. 48 a 57) de outubro de 2014. A nobre Vereadora Patrícia Bezerra, na primeira dessas audiências, solicitou que fosse lida a justificativa do PL e os presentes reconheceram o seu mérito (fls. 39/40). Na segunda audiência, não houve oradores inscritos para discutir a propositura (fls. 54). Essa Comissão exarou parecer favorável, nos termos do substitutivo apresentado pela Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente. (fls. 58).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Em avaliação preliminar, o projeto geraria despesas obrigatórias de caráter continuado com fiscalização e com aquisição de materiais para prédios públicos municipais, sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária. Entretanto, considerando que o Projeto em tela traz inovações à Lei 12.641 de 6 de maio de 1998, essa fiscalização, em tese, já deveria ocorrer.

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos da Pauta da 2ª Reunião Extraordinária de 2015

Data da Reunião: 02/06/2015 - Horário: 12:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Ressaltamos a necessidade de **substitutivo** ao substitutivo da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, já que, nos arts 1º e 2º, a data da norma mencionada está errada (necessário substituir **30 de dezembro de 2002** por **06 de maio de 1998**).

Elaboração: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo - Economia
Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº **DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O**
PROJETO DE LEI Nº 560/2010

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Wadih Mutran, visa estabelecer que os banheiros de uso público em entidades públicas e particulares no Município de São Paulo deverão fornecer aos usuários, por sistema automático, revestimento descartável de assento do vaso sanitário, sendo que este poderá ser em papel ou plástico, prevendo também multa no caso de descumprimento.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa exarou parecer pela legalidade, com “apresentação de Substitutivo ao projeto original para converter o valor da multa em reais, bem como para inserir parágrafo prevendo a sua atualização”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

9) PL 135/2011	Ver. DALTON SILVANO (PV)	Votação			
DISPÕE DA OBRIGATORIEDADE DA PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, A INSTALAR BATERIAS DE EMERGÊNCIA (NO BREAKS) NOS SEMÁFOROS DA CIDADE.			Favor	Contra	Abst.
Relator: Ver. ABOU ANNI (PV) Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: obriga a Prefeitura de São Paulo a instalar baterias de emergência em todos os semáforos das vias públicas da cidade.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade e constitucionalidade, com substitutivo para adaptar a propositura a melhor técnica legislativa (fls. 17-19). Há voto vencido pela ilegalidade (fls. 20-21).

Comissão de Administração Pública: favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos da Pauta da 2ª Reunião Extraordinária de 2015

Data da Reunião: 02/06/2015 - Horário: 12:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Legislação Participativa (fl. 25).

Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia: favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl. 26-27).

Comissão de Finanças e Orçamento:

Solicitadas informações ao Executivo (fls. 28), com resposta a fls. 30/38:

- "... a Diretoria de Sinalização vem se manifestar contrária a aprovação do referido projeto de Lei nos fundamentos enumerados abaixo:

1) A cidade de São Paulo possui mais de 55.000 (cinquenta e cinco mil) SEMÁFOROS, o que seria inadmissível a instalação em cada um deles como previsto no Projeto...

2) Não se pode determinar por Lei, que seja instalado equipamentos conhecidos como No-Break, em locais pré-determinados sem analisar tecnicamente a viabilidade e necessidade...

3) ... está em implantação 342 equipamentos tipo No-Break até o final do mês de Agosto do corrente ano [despacho com data de 29/07/2013]...

4) Está em fase de contratação empresas para efetuarem a recuperação do Sistema de Sinalização de Tráfego da cidade... com a implantação de mais 1.400 unidades de No-Breaks.." – Diretor de Sinalização e Suprimentos – Companhia de Engenharia de Tráfego (fls. 31).

- "O valor estimado para aquisição de 01 (um) equipamento de nobreak é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais)" – Diretor de Sinalização e Suporte à Fiscalização de Trânsito – CET (fls. 35).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

A instalação de baterias de emergência — e a sua manutenção posterior — em todos os semáforos da cidade tem impacto orçamentário-financeiro. Com os dados da resposta do Executivo, o custo para aquisição de nobreaks para todos os 55 mil semáforos seria de R\$ 10.000,00 x 55.000 = R\$ 550.000.000,00 (quinhentos e cinquenta milhões de reais), sem considerar os que já tem instalado o equipamento e também não considerando sua instalação e manutenção.

Consta dos autos do processo a(s) estimativa/demonstração/medidas de compensação/premissas e metodologia de cálculo/comprovação exigida(s) pelos seguintes dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (**sim ou não**):

Art. 16 - A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - **estimativa** do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

☐ **sim** ☒ **não**

Art. 16 - ...

....

§ 2º - A estimativa de que trata o inciso I do *caput* será acompanhada das **premissas e metodologia de cálculo** utilizadas.

☐ **sim** ☒ **não**

Art. 17 - Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1º - Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o *caput* deverão ser instruídos com a **estimativa** prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

§ 2º - Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será acompanhado de **comprovação** de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no § 1º do art.

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos da Pauta da 2ª Reunião Extraordinária de 2015

Data da Reunião: 02/06/2015 - Horário: 12:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

Art. 4º ...

.....

§ 1º Integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

§ 3º - Para efeito do § 2º, considera-se aumento permanente de receita o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 4º - A **comprovação** referida no § 2º, apresentada pelo proponente, conterà as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias.

☐ sim

☒ não

Elaboração: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Regina Eiko Kimachi - Consultora Técnica Legislativa - Economia

PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 135/2011

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Dalton Silvano, visa obrigar a Prefeitura de São Paulo a instalar baterias de emergência em todos os semáforos das vias públicas da Cidade.

Em seu parecer, a douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou substitutivo para adaptar a propositura à melhor técnica legislativa.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

10) PL 297/2011	Ver. ANIBAL DE FREITAS FILHO (PSDB)	Votação			
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE BÔNUS DESTINADO A "INSPEÇÃO VEICULAR AMBIENTAL", COMO INCENTIVO À REDUÇÃO DE ACIDENTES DE TRÂNSITO, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. Relator: Ver. ABOU ANNI (PV) Parecer: FAVORAVEL COM SUBSTITUTIVO			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.

--	--

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: institui o “bônus ambiental”, a ser concedido à pessoa física ou jurídica proprietário(a) ou arrendatário(a) mercantil de veículo automotor registrado no DETRAN/SP, com a finalidade de reduzir acidentes de trânsito.

A propositura condiciona a referida concessão ao veículo automotor aprovado na inspeção veicular e que, no ano anterior, não tenha tido nenhuma autuação por infração de trânsito por excesso de velocidade e desrespeito ao semáforo. Determina o projeto, ademais, que o “bônus ambiental” corresponderá ao valor do preço público pago à empresa concessionária do serviço de inspeção veicular na Cidade de São Paulo, na data do agendamento de tal serviço, e que deverá ser pago ao proprietário(a) ou arrendatário(a) de veículo automotor, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias por solicitação deste, bastando declarar, sob as penas da lei, a inexistência dessas infrações no período de janeiro a dezembro do ano anterior ao período anual da inspeção veicular obrigatória. Dentre outros dispositivos, determina ainda a propositura que a solicitação do pagamento do “bônus ambiental” será efetivada no *site* da Prefeitura do Município de São Paulo, onde o beneficiário indicará uma agência bancária e número da conta corrente na qual deverá ser efetuado o crédito do valor correspondente ao “bônus ambiental”. Na sua justificativa, o nobre Autor ressalta que “Além de incentivar a obediência aos limites de velocidade, que resulta na redução de acidentes de trânsito e em consequentes reduções de altíssimos custos hospitalares de responsabilidade do sistema único de saúde-SUS, este projeto de lei tem o condão de evitar o sofrimento de milhares de famílias de São Paulo e do Brasil” (fls. 3).

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 67/69).

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: realizou duas audiências públicas (09/05/2012 – fls. 70/82 [menção do PL a fl. 74] e 23/05/2012 – fls. 83/88 [menção a fl. 85]), entretanto não houve manifestação a respeito da propositura. A Comissão exarou parecer **favorável** (fls. 89/91), com apresentação de substitutivo visando “corrigir o número da lei mencionada no § 2º do art. 1º para 14.717, e não 14.714 como consta no projeto original” (fls. 89).

Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia: favorável ao substitutivo da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente (fls. 92/96).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

O projeto geraria despesas obrigatórias de caráter continuado, sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária.

Ressalte-se que as exigências estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal referentes a demonstrativos que mostrem tais dados (especificamente art. 16 [que exige estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas] e art. 17 [que determina comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais, contendo as premissas e

metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias) situam-se no contexto da gestão orçamentária e financeira, e a análise sob o ponto de vista do impacto presente e futuro nas despesas insere-se na competência desta Comissão, conforme estabelece o art. 47, II, “e”, do Regimento Interno:

Regimento Interno

“Art. 47 É da competência específica:

....

II - Da Comissão de Finanças e Orçamento:

....

e) opinar sobre proposições referentes a matéria tributária, abertura de créditos, empréstimos públicos, dívida pública e outras que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município e acarretem responsabilidades para o erário municipal;”

Não consta(m) dos autos do processo a(s) estimativa/demonstração/medidas de compensação/premissas e metodologia de cálculo/comprovação exigida(s) pelos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000).

Importa mencionar que a Lei 11.733/95, referida no § 2º do art. 1º, foi alterada também pela Lei 15.688/2013. Ademais, o art. 208 do Código de Trânsito Brasileiro considera como infração “Avançar o sinal vermelho do semáforo ou o de parada obrigatória”.

Elaboração: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia
Revisão: Regina Eiko Kimachi - Consultora Técnica Legislativa – Economia

PARECER Nº PROJETO DE LEI Nº 297/2011

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Anibal de Freitas, visa instituir o “bônus ambiental”, a ser concedido à pessoa física ou jurídica proprietário(a) ou arrendatário(a) mercantil de veículo automotor registrado no DETRAN/SP, com a finalidade de reduzir acidentes de trânsito. Condiciona a referida concessão ao veículo automotor aprovado na inspeção veicular e que no ano anterior não tenha nenhuma autuação por infração de trânsito por excesso de velocidade e desrespeito ao semáforo. Determina que o “bônus ambiental” corresponderá ao valor do preço público pago à empresa concessionária do serviço de inspeção veicular na cidade de São Paulo, na data do agendamento de tal serviço, e que deverá ser pago ao proprietário(a) ou arrendatário(a) de veículo automotor, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias por solicitação deste, bastando declarar, sob as penas da lei, a inexistência dessas infrações no período de janeiro a dezembro do ano anterior ao período anual da inspeção veicular obrigatória. Entre outros dispositivos, determina ainda a propositura que a solicitação do pagamento do “bônus ambiental” será efetivada no *site* da Prefeitura do Município de São Paulo, onde o beneficiário indicará uma agência bancária e nº da conta corrente na qual deverá ser efetuado o crédito do valor correspondente ao “bônus ambiental”. Na sua justificativa, o nobre Autor ressalta que “Além de incentivar a obediência aos limites de velocidade, que resulta na redução de acidentes de trânsito e em consequentes reduções de altíssimos custos hospitalares de responsabilidade do sistema único de saúde-SUS, este projeto de lei tem o condão de evitar o sofrimento de milhares de famílias de São Paulo e do Brasil”.

A douta Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente apresentou substitutivo, visando adaptar o projeto à melhor técnica de elaboração legislativa, corrigindo “o número da lei mencionada no § 2º do art. 1º para 14.717, e não 14.714 como consta no projeto original”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor, porquanto as despesas para sua execução correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente. Contudo, tendo em vista que a Lei nº 11.733, de 27 de março de 1995, que criou o Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso, foi alterada pela Lei 15.688/2013, e também considerando que o art. 208 do Código de Trânsito Brasileiro considera como infração “avançar o sinal vermelho do semáforo ou o de parada obrigatória”, apresentamos o seguinte substitutivo:

SUBSTITUTIVO Nº

AO PROJETO DE LEI Nº 297/2011

Dispõe sobre a concessão de “bônus ambiental” como incentivo à redução de acidentes de trânsito, no âmbito do Município de São Paulo.

A Câmara Municipal de São Paulo DECRETA:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de São Paulo, o “bônus ambiental”, a ser concedido à pessoa física ou jurídica proprietária ou arrendatária mercantil de veículo automotor registrado no DETRAN/SP, com o objetivo de reduzir acidentes de trânsito.

§ 1º O bônus ambiental será concedido atendidas, simultaneamente, as seguintes condições:

I – aprovação do veículo automotor na inspeção veicular;

II – inexistência de autuação por infração de trânsito relativa a excesso de velocidade, avanço do sinal vermelho do semáforo ou de parada obrigatória no Município de São Paulo no período de janeiro a dezembro do ano anterior ao da inspeção veicular.

§ 2º O bônus ambiental referido neste artigo corresponderá ao valor do preço público pago à empresa concessionária do serviço referente ao Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso, criado pela Lei nº 11.733, de 27 de março de 1995, alterada pelas Leis nº 12.157, de 9 de agosto de 1996, nº 14.717, de 17 de abril de 2008, e nº 15.688, de 11 de abril de 2013, na data do agendamento de tal serviço.

Art. 2º O bônus ambiental deverá ser pago ao proprietário ou arrendatário de veículo automotor, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias por solicitação deste, bastando declarar, sob as penas da lei, a inexistência de infrações mencionadas no inciso II do § 1º do art. 1º desta lei no período de janeiro a dezembro do ano anterior ao da inspeção veicular obrigatória.

Art. 3º A Prefeitura do Município de São Paulo poderá obter a confirmação da CET ou do DETRAN/SP sobre o não cometimento de infração de que trata o § 1º do art. 1º desta lei para o período de concessão do bônus ambiental.

Art. 4º A solicitação do pagamento do bônus ambiental será efetivada no site da Prefeitura do Município de São Paulo, onde o beneficiário indicará uma agência bancária e nº da conta corrente na qual deverá ser efetuado o crédito do valor correspondente ao bônus ambiental.

Parágrafo único. A Prefeitura Municipal de São Paulo, nos moldes do que foi feito para a devolução do preço pago pela inspeção veicular, adotará os mecanismos necessários para o pagamento do bônus ambiental ora criado.

Art. 5º O pagamento do bônus ambiental ora instituído, de caráter educativo, que tem como fato gerador a inexistência de multas de trânsito conforme o inciso II do § 1º do art. 1º desta lei, independe de o veículo estar licenciado ou sujeito a quitação de quaisquer débitos do proprietário ou arrendatário relacionados com tributos municipais.

Art. 6º As despesas decorrentes desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 7º Caberá ao Poder Executivo a regulamentação da presente lei no prazo de 30 (trinta) dias, a contar de sua vigência.

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos da Pauta da 2ª Reunião Extraordinária de 2015

Data da Reunião: 02/06/2015 - Horário: 12:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Art. 8º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

11) PL 45/2012	Ver. FRANCISCO CHAGAS (PT)	Votação			
ESTABELECE O ATENDIMENTO EMERGENCIAL AOS ALUNOS PORTADORES DE DIABETES E EPILEPSIA, NO ÂMBITO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO. Relator: Ver. PAULO FIORILO (PT) Parecer: FAVORAVEL			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: estabelece que toda unidade escolar da rede municipal tenha um profissional capacitado para o atendimento emergencial a crianças e adolescentes portadores de diabetes e epilepsia.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 42-43).

Comissão de Administração Pública: parecer favorável (fls. 46). Há voto vencido do relator (fls. 47).

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: realizadas duas audiências públicas nos dias 04/09/2013 (fls. 49) e 18/09/2013 (fls. 67), sem oradores inscritos. A comissão exarou parecer contrário (fls. 71).

Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher: parecer favorável (fls. 72).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Em avaliação preliminar, a ser confirmada por informações adicionais, inclusive provenientes do Executivo, o projeto geraria despesas obrigatórias de caráter continuado, incluindo despesas com pessoal, sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária. Sugerimos quesitos ao Executivo.

Ressalte-se que as exigências estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal referentes a demonstrativos que mostrem tais dados (especificamente art. 16 [que exige estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas], art. 17 [que determina comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais, contendo as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias] e art. 21 [que estabelece ser nulo de pleno direito o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda as exigências dos arts. 16 e 17 da LRF e o disposto no inciso XIII do art. 37 e no § 1º do art. 169 da Constituição]) situam-se no contexto da gestão orçamentária e financeira, e a análise sob o ponto de vista do impacto presente e futuro nas despesas insere-se na competência desta Comissão, conforme estabelece o art. 47, II, "e", do Regimento Interno:

Regimento Interno

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos da Pauta da 2ª Reunião Extraordinária de 2015

Data da Reunião: 02/06/2015 - Horário: 12:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

“Art. 47 É da competência específica:

....

II - Da Comissão de Finanças e Orçamento:

....

e) opinar sobre proposições referentes a matéria tributária, abertura de créditos, empréstimos públicos, dívida pública e outras que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município e acarretem responsabilidades para o erário municipal;”

Não consta(m) dos autos do processo a(s) estimativa/demonstração/medidas de compensação/premissas e metodologia de cálculo/comprovação exigida(s) pelos artigos 16, 17 e 21 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000).

Elaboração: Marcia Akemi Endo - Consultor Técnico Legislativo - Economista

Revisão: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo - Economista

PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 45/2012

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Francisco Chagas, visa estabelecer o atendimento emergencial aos alunos portadores de diabetes e epilepsia no âmbito da rede municipal de ensino.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

12) PL 173/2013	Ver. JEAN MADEIRA (PRB)	Votação			
INSTITUI SOBRE A CRIAÇÃO DO SERVIÇO ATENDIMENTO MÉDICO DE URGÊNCIA SOBRE MOTOS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
Relator: Ver. ABOU ANNI (PV)		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Parecer: FAVORAVEL					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: cria o Serviço de Atendimento Médico de Urgência sobre Motos, cujo objetivo é atender as vítimas de acidente de trânsito no Município de São Paulo. De acordo com a propositura, o serviço será realizado através de motocicletas, que deverão conter equipamentos e material para suporte básico de

vida, conduzidas por técnicos de enfermagem com treinamento específico na área de traumatologia e socorro às vítimas de acidentes de trânsito. O projeto estabelece ainda, entre outras disposições, que o serviço deverá funcionar de forma ininterrupta; que será ligado diretamente a central do SAMU, que irá encaminhar o motomédico para o local onde está a vítima; e que a Secretaria Municipal de Saúde, para viabilizar a execução do disposto na propositura, poderá firmar convênios com entidades públicas e/ou privadas, fundações, autarquias, organizações governamentais ou não governamentais.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls 39/40)

Comissão de Administração Pública: favorável (fl. 41)

Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia: favorável (fls. 42/43)

Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher: favorável (fl. 44)

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Em avaliação preliminar, a ser confirmada por informações adicionais, inclusive provenientes do Executivo, o projeto geraria despesas obrigatórias de caráter continuado relativas à oferta do serviço, sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária.

Ressalte-se que as exigências estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal referentes a demonstrativos que mostrem tais dados (especificamente art. 16 [que exige estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas] e art. 17 [que determina comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais, contendo as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias]) situam-se no contexto da gestão orçamentária e financeira, e a análise sob o ponto de vista do impacto presente e futuro nas despesas insere-se na competência desta Comissão, conforme estabelece o art. 47, II, “e”, do Regimento Interno:

Regimento Interno

“Art. 47 É da competência específica:

....

II - Da Comissão de Finanças e Orçamentos:

....

e) opinar sobre proposições referentes a matéria tributária, abertura de créditos, empréstimos públicos, dívida pública e outras que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município e acarretem responsabilidades para o erário municipal;”

Para maiores esclarecimentos, sugerimos quesitos ao Executivo.

Elaboração: Sidney Richard Sylvestre - Consultor Técnico Legislativo – Economia

Revisão: - Adriano Nunes Borges - Consultor Técnico Legislativo – Economia

PARECER Nº O PROJETO DE LEI Nº 173/2013

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Jean Madeira, visa criar o Serviço de Atendimento Médico de Urgência sobre Motos, cujo objetivo é atender as vítimas de acidente de trânsito

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos da Pauta da 2ª Reunião Extraordinária de 2015

Data da Reunião: 02/06/2015 - Horário: 12:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

no Município de São Paulo. De acordo com a propositura, o serviço será realizado através de motocicletas, que deverão conter equipamentos e material para suporte básico de vida, conduzidas por técnicos de enfermagem com treinamento específico na área de traumatologia e socorro às vítimas de acidentes de trânsito. O projeto estabelece ainda, entre outras disposições, que o serviço deverá funcionar de forma ininterrupta e ligado diretamente a central do SAMU, que irá encaminhar o motomédico para o local onde está a vítima. A Secretaria Municipal de Saúde, para viabilizar a execução do disposto na propositura, poderá firmar convênios com entidades públicas e/ou privadas, fundações, autarquias, organizações governamentais ou não governamentais.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

13) PL 181/2013	Ver. NELO RODOLFO (PMDB)	Votação			
DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE DIVULGAÇÃO ATRAVÉS DO SÍTIO OFICIAL DO EXECUTIVO MUNICIPAL NA INTERNET DOS DADOS RELATIVOS AOS TRANSPORTADORES DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E RESÍDUOS VOLUMOSOS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
Relator: Ver. PAULO FIORILO (PT)		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
Parecer: FAVORAVEL		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: obriga a Autoridade Municipal de Limpeza Urbana (AMLURB) a divulgar, através de sítio oficial da Prefeitura, dados relativos aos transportadores de resíduos da construção civil e resíduos volumosos. Dentre as informações a serem disponibilizadas, estão: número de cadastro, características da caçamba estacionária ou equipamentos de coleta, autorizatório titular e o local e período em que as caçambas estarão colocadas em via pública.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: solicitou quesitos ao Executivo (fls 65/66) com respostas às fls. 68-77.

Secretaria de Serviços – AMLURB: “(...) os itens a) [Número de Cadastro] e c) [nome do autorizatório titular] já são divulgados no site da Prefeitura Municipal de São Paulo. Quanto à divulgação da descrição das caçambas metálicas ou de outros equipamentos, ainda não está disponível, mas não representa grande problema técnico, pois não ocorrem mudanças frequentes.” (fl. 69)

Sobre a cobrança de multa para o não cumprimento do fornecimento de dados por parte do autorizatório “(...) Tal resolução pode reforçar a obrigatoriedade de utilização do CTR – Controle de Transporte de Resíduos, criado pelo Decreto 47.839/06, sendo este o documento emitido pelo transportador de resíduos e que fornece informações sobre o gerador, a origem, a quantidade e a descrição dos resíduos e seu destino (...). Está sendo estudado por Amlurb a implantação da modalidade eletrônica do CTR. O PL pode contribuir para sua implantação na medida em que cria penalização para os

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos da Pauta da 2ª Reunião Extraordinária de 2015

Data da Reunião: 02/06/2015 - Horário: 12:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

autorizatórios que não compartilharem as informações exigidas.” (fl. 70)
“Diante do exposto, a Autoridade Municipal de Limpeza Urbana – AMLURB se posiciona favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei apresentado.” (fl. 76)
A Comissão exarou parecer pela legalidade (fl. 79)
Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: foram realizadas duas audiências públicas em 11/06/2014 (menção ao PL à fl. 80; sem manifestações) e em 25/06/2014 (menção ao PL à fl. 85; sem manifestações). A Comissão emitiu parecer favorável (fl. 87).
Comissão de Administração Pública: parecer favorável (fl. 89).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Em resposta a quesitos da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 68-77), o Executivo manifestou-se favoravelmente à propositura, elencando dentre outros motivos:

- que parte das informações, como número de cadastro e nome do autorizatório titular já estão disponíveis na internet (fls. 69);
- contribui para a implementação eletrônico do CTR (documento exigido pela AMLURB de acordo com o Decreto 47.839/06) que já se encontrava em estudo (fls. 70).

Assim sendo, em tese, as despesas oriundas da aprovação do projeto já estão previstas.

Elaboração: Sidney Richard Sylvestre - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo – Economia

PARECER Nº **DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE**
O PROJETO DE LEI Nº 181/2013

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Nelo Rodolfo, visa obrigar a Autoridade Municipal de Limpeza Urbana (AMLURB) a divulgar, através de sítio oficial da Prefeitura, dados relativos aos transportadores de resíduos da construção civil e resíduos volumosos.

Dentre as informações a serem disponibilizadas estão: número de cadastro, características da caçamba estacionária ou equipamentos de coleta, autorizatório titular e o local e período em que as caçambas estarão colocadas em via pública.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

14) PL 396/2013 Ver. EDUARDO TUMA (PSDB)		Votação			
DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA OUVIDORIA MUNICIPAL DE DEFESA DO CIDADÃO CONTRIBUINTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Relator: Ver. AURELIO NOMURA (PSDB) Parecer: FAVORAVEL COM SUBSTITUTIVO			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos da Pauta da 2ª Reunião Extraordinária de 2015

Data da Reunião: 02/06/2015 - Horário: 12:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

--	--

Obs: Vistas ao Ver. Paulo Fiorilo em 25/02/2015. Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por 2 (duas) sessões em 29/04/2015 a pedido do Ver. Jair Tatto. Adiado por 2 (duas) sessões em 13/05/2015 a pedido do Ver. Paulo Fiorilo.

ASSUNTO: cria a Ouvidoria Municipal de Defesa do Cidadão Contribuinte, vinculada à Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico.

Pelo art. 2º da propositura, compete à Ouvidoria Municipal de Defesa do Cidadão Contribuinte:

I - receber e apurar denúncias, reclamações e comunicações sobre notificações e cobranças indevidas dos tributos do Município São Paulo;

II - realizar diligências in loco, sempre que isso se fizer necessário para suas investigações;

III - quando cabível, encaminhar ao Conselho Municipal de Defesa do Contribuinte - CODECON - ou outro que venha a substituí-lo, as conclusões obtidas pelas investigações realizadas;

IV - manter serviço telefônico gratuito, com a finalidade de receber reclamações e denúncias;

V - promover seminários, campanhas e cursos visando à conscientização da população quanto a seus direitos e obrigações tributárias;

VI - atuar em conjunto com órgãos de outros entes da Federação, com a finalidade de elaborar políticas que assegurem os direitos do cidadão contribuinte.

O art. 3º estabelece que a atuação da Ouvidoria Municipal de Defesa do Cidadão Contribuinte dar-se-á:

I - por iniciativa própria;

II - por requisição da Chefia do Executivo Municipal, dos Secretários Municipais ou dos Subprefeitos;

III - por reclamações, denúncias e comunicações feitas por cidadãos ou entidades da sociedade civil.

O Ouvidor, pelo art. 4º, seria escolhido pelo Secretário Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 82/83).

Comissão de Administração Pública: favorável (fls. 84/85).

Comissão de Finanças e Orçamento: Solicitadas informações ao Executivo (fls. 87), com resposta a fls. 89/99:

- "... não há necessidade da criação da Ouvidoria Municipal de Defesa do Cidadão Contribuinte, como pretende o PL nº 396/13, tendo em vista que o sistema de controladoria municipal e as unidades da Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico já preveem e atuam de forma a prover todas as instâncias de controle almejadas pelo PL" – DEJUG/DILEG – SF – fls. 92.

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Conforme informações do Executivo (fls. 98-verso), haveria geração de despesas obrigatórias de caráter continuado (de montante não estimado) com a implementação do projeto.

Consta dos autos do processo a(s) estimativa/demonstração/medidas de compensação/premissas e metodologia de cálculo/comprovação exigida(s) pelos seguintes dispositivos da Lei de Responsabilidade

Fiscal (**sim ou não**):

Art. 16 - A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - **estimativa** do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

☐ **sim** ☒ **não**

Art. 16 - ...

....

§ 2º - A estimativa de que trata o inciso I do *caput* será acompanhada das **premissas e metodologia de cálculo** utilizadas.

☐ **sim** ☒ **não**

Art. 17 - Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1º - Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o *caput* deverão ser instruídos com a **estimativa** prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

§ 2º - Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será acompanhado de **comprovação** de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no § 1º do art. 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

Art. 4º ...

.....

§ 1º Integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

§ 3º - Para efeito do § 2º, considera-se aumento permanente de receita o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 4º - A **comprovação** referida no § 2º, apresentada pelo proponente, conterà as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias.

☐ **sim** ☒ **não**

Elaboração: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economista

Revisão: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo - Economista

PARECER Nº O PROJETO DE LEI Nº 396/2013

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Eduardo Tuma, visa criar a Ouvidoria Municipal de Defesa do Cidadão Contribuinte, vinculada à Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico.

A Ouvidoria mencionada teria as seguintes competências: receber e apurar denúncias, reclamações

e comunicações sobre notificações e cobranças indevidas dos tributos do Município São Paulo; realizar diligências in loco, sempre que isso se fizesse necessário para suas investigações; quando cabível, encaminhar ao Conselho Municipal de Defesa do Contribuinte – CODECON, ou outro que venha a substituí-lo, as conclusões obtidas pelas investigações realizadas; manter serviço telefônico gratuito, com a finalidade de receber reclamações e denúncias; promover seminários, campanhas e cursos visando à conscientização da população quanto a seus direitos e obrigações tributárias; atuar em conjunto com órgãos de outros entes da Federação, com a finalidade de elaborar políticas que assegurem os direitos do cidadão contribuinte.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo a seguir, visando corrigir equívoco de grafia nos incisos IV e V do art. 2º.

SUBSTITUTIVO Nº

AO PROJETO DE LEI Nº 396/2013

Dispõe sobre a criação da Ouvidoria Municipal de Defesa do Cidadão Contribuinte, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de São Paulo decreta:

Art. 1º Fica criada a Ouvidoria Municipal de Defesa do Cidadão Contribuinte, vinculada à Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico.

Art. 2º Compete à Ouvidoria Municipal de Defesa do Cidadão Contribuinte:

I - receber e apurar denúncias, reclamações e comunicações sobre notificações e cobranças indevidas dos tributos do Município São Paulo;

II - realizar diligências in loco, sempre que isso se fizer necessário para suas investigações;

III - quando cabível, encaminhar ao Conselho Municipal de Defesa do Contribuinte – CODECON, ou outro que venha a substituí-lo, as conclusões obtidas pelas investigações realizadas;

IV - manter serviço telefônico gratuito, com a finalidade de receber reclamações e denúncias;

V - promover seminários, campanhas e cursos visando à conscientização da população quanto a seus direitos e obrigações tributárias;

VI - atuar em conjunto com órgãos de outros entes da Federação, com a finalidade de elaborar políticas que assegurem os direitos do cidadão contribuinte.

Art. 3º A atuação da Ouvidoria Municipal de Defesa do Cidadão Contribuinte dar-se-á:

I - por iniciativa própria;

II - por requisição da Chefia do Executivo Municipal, dos Secretários Municipais ou dos Subprefeitos;

III - por reclamações, denúncias e comunicações feitas por cidadãos ou entidades da sociedade civil.

Parágrafo único. O prazo para a conclusão das investigações é de 30 (trinta) dias, a contar da comunicação do fato à Ouvidoria, prorrogáveis de acordo com necessidades, justificadas, das demandas.

Art. 4º O Ouvidor será escolhido pelo Secretário Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias após sua publicação.

Parágrafo único. O decreto que regulamentar a presente lei disporá sobre a estrutura administrativa da Ouvidoria.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos da Pauta da 2ª Reunião Extraordinária de 2015

Data da Reunião: 02/06/2015 - Horário: 12:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

15) PL 408/2013	Ver. DAVID SOARES (PSD)	Votação			
DISPÕE SOBRE INSTITUIÇÃO DE MEDIDAS PARA AGILIZAR A LOCALIZAÇÃO DE PESSOAS DESAPARECIDAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Relator: Ver. PAULO FIORILO (PT) Parecer: FAVORAVEL COM SUBSTITUTIVO			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: dispõe sobre instituição de medidas para agilizar a localização de pessoas desaparecidas no âmbito do Município de São Paulo.

Pelo art. 1º da propositura, fica instituído, no âmbito no Município de São Paulo, um cadastro junto à Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de pessoas desaparecidas.

Para implementação do cadastro disposto no art. 1º, o art. 2º estabelece que os órgãos da Secretaria atuarão em conjunto com hospitais, sanatórios e estabelecimentos congêneres, instituições de longa permanência, albergues, orfanatos, unidades do Instituto Médico Legal, delegacias de pessoas desaparecidas e identificação de cadáveres, associações comunitárias e organizações representativas de pessoas desaparecidas, para coleta e registro de dados.

O parágrafo único desse artigo determina que a Secretaria mencionada no artigo 1º instituirá um banco de dados de pessoas indigentes com tipagem de DNA que deverá ser cruzado mensalmente com os órgãos referidos no artigo 2º, comunicando à Secretaria Estadual de Justiça e da Defesa da Cidadania e ao Ministério da Justiça as inclusões e exclusões ocorridas em seu respectivo cadastro.

O art. 3º estabelece que, no banco de dados operacional, deverão ser armazenadas as informações genéticas das pessoas desaparecidas sobre as regiões STR presentes no DNA nuclear bem como as tipagens de DNA mitocondrial, sempre que cabível.

Para fins de implementar o disposto na propositura, o art. 4º trata de autorizar o Executivo Municipal a estabelecer convênios e parcerias com entidades públicas e privadas, visando interligar o sistema de dados operacional com os referidos órgãos referidos no artigo 2º.

Há parecer técnico anexado às fls. 70-91:

No estabelecimento do perfil genético do indivíduo são analisadas algumas **regiões do DNA que apresentam maior variação individual e facilidade de estudo (são reconhecidas como marcadores genéticos ou moleculares)**. Os marcadores moleculares podem ser utilizados para caracterizar o DNA de um indivíduo em um padrão ou perfil de fragmentos que lhe seja particular (DUARTE et al, 2001). Um dos marcadores mais utilizados hoje em dia é o **STR (Short Tandem Repeat)**. Os STR's (minissatélites) são regiões repetitivas do DNA que são obtidas por meio da técnica de reação em cadeia de polimerase, ou PCR (Polymerase Chain Reaction), sendo possível por meio dessa técnica realizar a tipagem do DNA com quantidades mínimas de amostras, tais como, fio de cabelo, manchas de sangue em uma arma, entre outras (DOLINSKY; PEREIRA, 2007). (fl. 75)

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 92).

Comissão de Administração Pública: favorável (fls. 93/94).

Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher: favorável (fls. 95).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Em avaliação preliminar, a ser confirmada por informações adicionais, inclusive provenientes do Executivo, o projeto geraria despesas obrigatórias de caráter continuado, sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária.

Ressalte-se que as exigências estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal referentes a demonstrativos que mostrem tais dados (especificamente art. 16 [que exige estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas] e art. 17 [que determina comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais, contendo as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias]) situam-se no contexto da gestão orçamentária e financeira, e a análise sob o ponto de vista do impacto presente e futuro nas despesas insere-se na competência desta Comissão, conforme estabelece o art. 47, II, "e", do Regimento Interno:

Regimento Interno

"Art. 47 É da competência específica:

....

II - Da Comissão de Finanças e Orçamento:

....

e) opinar sobre proposições referentes a matéria tributária, abertura de créditos, empréstimos públicos, dívida pública e outras que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município e acarretem responsabilidades para o erário municipal;"

Não consta dos autos do processo a(s) estimativa/demonstração/medidas de compensação/premissas e metodologia de cálculo/comprovação exigida(s) pelos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000).

Sugerimos envio de quesitos ao Executivo.

Elaboração: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Regina Eiko Kimachi - Consultora Técnica Legislativa - Economia

PARECER Nº
O PROJETO DE LEI Nº 408/2013

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador David Soares, visa dispor sobre instituição de medidas para agilizar a localização de pessoas desaparecidas no âmbito do Município de São Paulo.

Pelo art. 1º da propositura, fica instituído, no âmbito no Município de São Paulo, um cadastro junto à Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de pessoas desaparecidas.

Para implementação do cadastro disposto no mencionado art. 1º, o art. 2º estabelece que os órgãos da Secretaria atuarão em conjunto com hospitais, sanatórios e estabelecimentos congêneres, instituições de longa permanência, albergues, orfanatos, unidades do Instituto Médico Legal, delegacias de pessoas desaparecidas e identificação de cadáveres, associações comunitárias e organizações representativas de pessoas desaparecidas, para coleta e registro de dados.

O parágrafo único desse artigo determina que a Secretaria mencionada no artigo 1º instituirá um

banco de dados de pessoas indigentes com tipagem de DNA, que deverá ser cruzado, mensalmente, com os órgãos referidos no artigo 2º, comunicando à Secretaria Estadual de Justiça e da Defesa da Cidadania e ao Ministério da Justiça as inclusões e exclusões ocorridas em seu respectivo cadastro.

O art. 3º estabelece que, no banco de dados operacional, deverão ser armazenadas as informações genéticas das pessoas desaparecidas sobre as regiões STR presentes no DNA nuclear bem como as tipagens de DNA mitocondrial, sempre que cabível.

Para fins de implementar o disposto na propositura, o art. 3º trata de autorizar o Executivo Municipal a estabelecer convênios e parcerias com entidades públicas e privadas, visando interligar o sistema de dados operacional com os referidos órgãos referidos no artigo 2º.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer. Contudo, a fim de correção de equívocos redacionais, apresentamos o seguinte substitutivo:

SUBSTITUTIVO Nº

PROJETO DE LEI Nº 408/2013

Dispõe sobre instituição de medidas para agilizar a localização de pessoas desaparecidas no âmbito do Município de São Paulo, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO DECRETA:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito no Município de São Paulo, um cadastro, junto à Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, de pessoas desaparecidas.

Art. 2º Para implementação do cadastro disposto no art. 1º, os órgãos da Secretaria atuarão em conjunto com hospitais, sanatórios e estabelecimentos congêneres, instituições de longa permanência, albergues, orfanatos, unidades do Instituto Médico Legal, delegacias de pessoas desaparecidas e identificação de cadáveres, associações comunitárias e organizações representativas de pessoas desaparecidas para coleta e registro de dados.

Parágrafo único. A Secretaria mencionada no art. 1º instituirá um banco de dados de pessoas indigentes com tipagem de DNA, que será cruzado mensalmente com os dados dos órgãos referidos no art. 2º desta lei, comunicando à Secretaria Estadual de Justiça e da Defesa da Cidadania e ao Ministério da Justiça as inclusões e exclusões ocorridas em seu respectivo cadastro.

Art. 3º No banco de dados operacional deverão ser armazenadas informações genéticas das pessoas desaparecidas sobre as regiões STR presentes no DNA nuclear bem como as tipagens de DNA mitocondrial, sempre que cabível.

Art. 4º Para fins de implementar o disposto na presente lei, poderá o Executivo Municipal estabelecer convênios e parcerias com entidades públicas e privadas, visando interligar o sistema de dados operacional com os órgãos referidos no art. 2º desta lei.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 60 dias de sua publicação.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos da Pauta da 2ª Reunião Extraordinária de 2015

Data da Reunião: 02/06/2015 - Horário: 12:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

16) PL 460/2013	Ver. ABOU ANNI (PV)	Votação			
ALTERA A DENOMINAÇÃO DA PRAÇA VALENTIM GUZZO, LOCALIZADA JUNTO ÀS RUAS SIMÃO DE TOLEDO PIZA E MIN. SALGADO FILHO, MOOCA, PARA PRAÇA YONEKO HIGA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Relator: Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS) Parecer: FAVORAVEL			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: altera a denominação da Praça Valentim Guzzo, localizada junto às Ruas Simão de Toledo Piza e Min. Salgado Filho, Mooca, para Praça Yoneko Higa.

Segundo a justificativa do Autor, está sendo proposta “a mudança de nome, em nenhum momento desmerecendo ou desqualificando o nome atual, porém homenageando uma pessoa da comunidade e que colaborou para o seu desenvolvimento das mais diversas formas, conforme a manifestação de moradores da Vila Libanesa, expressa através de abaixo assinado, com 800 (oitocentos) nomes.”

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: solicitou informações ao Executivo (fl. 70), com respostas às folhas 72 – 85.

Secretário do Governo Municipal: “os pronunciamentos exarados pelos órgãos técnicos competentes da Prefeitura, todos contrários à aprovação da medida em virtude de se cuidar de proposta de alteração de denominação que não se enquadra em nenhuma das hipóteses previstas no artigo 5º da Lei 14.454, de 27 de Junho de 2007.” (fl.72).

A Comissão exarou parecer pela legalidade (fl. 86).

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: favorável (fl. 87).

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: parecer **contrário**, tendo justificado que “em que pese o louvável histórico de vida e luta da referida cidadã, destacando sua contribuição no cuidado de crianças e para o progresso do bairro Vila Libanesa, além do expressivo desejo dos moradores locais pela troca da denominação, ressaltamos que a proposta de mudança não se enquadra no art. 5º da Lei Municipal de nº 14.454/2007, bem como da Lei de nº 15.717/ 2013.” (fl. 88).

Comissão de Finanças e Orçamento:

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

No tocante ao mérito desta Comissão, o presente projeto, caso aprovado, implicará despesas, em tese, normalmente previstas.

Elaboração: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo - Economista

Revisão: Bruno Nunes Medeiro - Consultor Técnico Legislativo - Economista

PARECER Nº

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos da Pauta da 2ª Reunião Extraordinária de 2015

Data da Reunião: 02/06/2015 - Horário: 12:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

PROJETO DE LEI Nº 460/2013

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Abou Anni, visa alterar a denominação da Praça Valentim Guzzo, localizada junto às Ruas Simão de Toledo Piza e Min. Salgado Filho, Mooca, para Praça Yoneko Higa.

Segundo a justificativa do Autor, está sendo proposta “a mudança de nome, em nenhum momento desmerecendo ou desqualificando o nome atual, porém homenageando uma pessoa da comunidade e que colaborou para o seu desenvolvimento das mais diversas formas, conforme a manifestação de moradores da Vila Libanesa, expressa através de abaixo assinado, com 800 (oitocentos) nomes”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

17) PL 546/2013	Ver. EDUARDO TUMA (PSDB)	Votação			
CRIA O SISTEMA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - SISANSP - COM VISTAS EM ASSEGURAR O DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
Relator: Ver. PAULO FIORILO (PT)		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.
Parecer: FAVORAVEL					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: cria o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável no Município de São Paulo - SISANSP - com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. A propositura, além de estabelecer o mencionado Sistema, dispõe sobre princípios, abrangência e objetivos da política pública, dentre outros assuntos. Ademais, cria e convoca Conferência sobre o tema, com periodicidade não superior a dois anos.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 95-96).

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: parecer favorável (fls. 97).

Comissão de Administração Pública: parecer favorável (fls. 98).

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: parecer favorável (fls. 99).

Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher: parecer favorável (fls. 100)

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

O projeto geraria despesas obrigatórias de caráter continuado, sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária.

Ressalte-se que as exigências estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal referentes a

demonstrativos que mostrem tais dados (especificamente art. 16 [que exige estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas] e art. 17 [que determina comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais, contendo as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias]) situam-se no contexto da gestão orçamentária e financeira, e a análise sob o ponto de vista do impacto presente e futuro nas despesas insere-se na competência desta Comissão, conforme estabelece o art. 47, II, “e”, do Regimento Interno:

Regimento Interno

“Art. 47 É da competência específica:

....

II - Da Comissão de Finanças e Orçamento:

....

e) opinar sobre proposições referentes a matéria tributária, abertura de créditos, empréstimos públicos, dívida pública e outras que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município e acarretem responsabilidades para o erário municipal;”

Não consta(m) dos autos do processo a(s) estimativa/demonstração/medidas de compensação/premissas e metodologia de cálculo/comprovação exigida(s) pelos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000).

Sugere-se envio de quesitos ao Executivo.

Elaboração: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Regina Eiko Kimachi - Consultora Técnica Legislativa - Economia

PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 546/2013

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Eduardo Tuma, visa criar o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável no Município de São Paulo - SISANSP - com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada.

A propositura, além de estabelecer o mencionado Sistema, dispõe sobre princípios, abrangência e objetivos da política pública, dentre outros assuntos. Ademais, cria e convoca Conferência sobre o tema, com periodicidade não superior a dois anos.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos da Pauta da 2ª Reunião Extraordinária de 2015

Data da Reunião: 02/06/2015 - Horário: 12:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

18) PL 745/2013	Ver. CONTE LOPES (PTB)	Votação			
DETERMINA QUE AS CONSULTAS E EXAMES PARA PESSOAS COM MAIS DE 60 ANOS SEJAM MARCADOS NO MÁXIMO EM SEIS DIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Relator: Ver. PAULO FIORILO (PT)					
Parecer: FAVORAVEL					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: determina que as consultas e exames para pessoas com mais de 60 anos sejam marcados no máximo em seis dias em toda rede de saúde municipal. A Ouvidoria Central da Saúde fica responsável por receber as reclamações dos pacientes que não conseguirem ser atendidos no prazo legal.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 116 a 118)

Comissão de Administração Pública: parecer favorável (fl. 119)

Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher: parecer favorável (fl. 120)

Comissão de Finanças e Orçamento: foram feitos quesitos ao Executivo (fl. 121) com resposta às folhas 123/135:

- i) "A Área Técnica de Saúde da Pessoa Idosa não consegue estimar" os custos com a implementação da propositura; ii) "o esforço da Coordenação de Atenção Especializada Ambulatorial tem desenvolvido, para diminuir filas de espera na Atenção especializada e a programação de contratação de profissionais por concurso público"; iii) "a Área Técnica de Saúde da Pessoa Idosa entende que, sem investimento em recursos humanos e sem investimento em contratação de vagas para exames diagnósticos, não será possível cumprir o prazo estipulado pelo presente Projeto de Lei". (fl. 127 – Área Técnica de Saúde da Pessoa Idosa).

- "A Regulação, no âmbito do Sistema Único de Saúde, é uma diretriz de gestão que visa garantir o acesso à atenção em saúde a todos que dela precisam, de forma ordenada, no tempo adequado e de acordo com as prioridades e necessidades de cuidado. O processo de regulação, de acordo com a Política Nacional de Regulação (PNR), deve orientar a produção eficiente, eficaz e efetiva de ações de saúde, de modo a otimizar a oferta e considerando a relação de custo e efetividade. Ele está baseado em critérios técnicos que envolvem condições clínicas, idade, sexo, condições sociais e de vulnerabilidade, compondo um conjunto de variáveis que irão definir o grau de prioridade de cada encaminhamento. (...) Toda a oferta especializada do município de São Paulo é disponibilizada em formato de agenda REGULADA, ou seja, todos os agendamentos são submetidos ao processo regulatório, sendo avaliados e classificados de acordo com a prioridade de cada caso". (fls. 130/131 – Coordenação das Redes de Atenção e Áreas Temáticas – SMS).

- "A atual administração pública municipal, por meio da Secretaria Municipal de Saúde está executando uma série de medidas para redução das filas de espera para consultas e demais procedimentos como exames, cirurgias, dentre outros e buscando aperfeiçoar os mecanismos regulatórios, sempre priorizando as populações de maior vulnerabilidade. (...) O custo e o impacto financeiro para atender o objetivo da presente propositura não podem ser calculados com os dados hoje disponíveis, e caso aprovado o PL em tela, será necessária a imediata contratação de inúmeros profissionais da área administrativa e da saúde para que haja o efetivo cumprimento dos prazos legais". (...) "Dessa forma, somos favoráveis ao veto

total”. (fl. 134 – Coordenação das Redes de Atenção e Áreas Temáticas).

- “Destacando-se ainda, que a presente proposta encontrará obstáculos em seu prosseguimento, razão pela qual nesta oportunidade, somos favoráveis ao VETO TOTAL ao Projeto de Lei em comento.” (fl. 135 – SMS).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

O projeto geraria despesas obrigatórias de caráter continuado, sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária.

Ressalte-se que as exigências estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal referentes a demonstrativos que mostrem tais dados (especificamente art. 16 [que exige estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas] e art. 17 [que determina comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais, contendo as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias]) situam-se no contexto da gestão orçamentária e financeira, e a análise sob o ponto de vista do impacto presente e futuro nas despesas insere-se na competência desta Comissão, conforme estabelece o art. 47, II, “e”, do Regimento Interno:

Regimento Interno

“Art. 47 É da competência específica:

....

II - Da Comissão de Finanças e Orçamento:

....

e) opinar sobre proposições referentes a matéria tributária, abertura de créditos, empréstimos públicos, dívida pública e outras que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município e acarretem responsabilidades para o erário municipal;”

Não consta(m) dos autos do processo a(s) estimativa/demonstração/medidas de compensação/premissas e metodologia de cálculo/comprovação exigida(s) pelos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000).

Elaboração: Bruno Nunes Medeiro/Alexandre Henrique Cardoso - Consultores Técnicos Legislativos – Economia

Revisão: Regina Eiko Kimachi – Consultora Técnica Legislativa - Economia

PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 745/2013

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Conte Lopes, visa determinar que as consultas e exames para pessoas com mais de 60 anos sejam marcados no máximo em seis dias em toda rede de saúde municipal. A Ouvidoria Central da Saúde ficaria responsável por receber as reclamações dos pacientes que não conseguirem ser atendidos no prazo legal.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos da Pauta da 2ª Reunião Extraordinária de 2015

Data da Reunião: 02/06/2015 - Horário: 12:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

19) PL 906/2013	Ver. JAIR TATTO (PT)	Votação			
DISPÕE SOBRE AÇÕES SÓCIO EDUCATIVAS NA REDE PÚBLICA DE ENSINO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS, VISANDO A PREVENÇÃO DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER. Relator: Ver. ABOU ANNI (PV) Parecer: FAVORAVEL			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: obriga o Poder Executivo Municipal a promover na rede pública de ensino, ações sócio educativas, bem como preventivas visando o combate aos atos de violência contra a mulher. As ações terão como objetivo a conscientização e a erradicação de todas as formas de violência e discriminação contra as mulheres, através de campanhas informativas, material impresso e virtual, seminários, palestras e exposições.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 74 e 75).

Comissão de Administração Pública: realizou uma audiência pública (fls. 76 a 81), tendo o processo sido citado à fl. 81. Não houve oradores inscritos.

Exarou parecer **favorável** (fl. 82).

Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher: realizou uma audiência pública (fls. 83 a 101), tendo o processo sido citado à fl. 96. Não houve oradores inscritos.

Exarou parecer favorável (fl. 102).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

O projeto implica despesa obrigatória de caráter continuado.

Consta dos autos do processo a(s) estimativa/demonstração/medidas de compensação/premissas e metodologia de cálculo/comprovação exigida(s) pelos seguintes dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (**sim ou não**):

Art. 16 - A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - **estimativa** do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

☐ **sim** ☒ **não**

Art. 16 - ...

....

§ 2º - A estimativa de que trata o inciso I do *caput* será acompanhada das **premissas e metodologia de cálculo** utilizadas.

☐ **sim** ☒ **não**

Art. 17 - Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1º - Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o *caput* deverão ser instruídos com a **estimativa** prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

§ 2º - Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será acompanhado de **comprovação** de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no § 1º do art. 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

Art. 4º ...

.....

§ 1º Integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

§ 3º - Para efeito do § 2º, considera-se aumento permanente de receita o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 4º - A **comprovação** referida no § 2º, apresentada pelo proponente, conterá as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias.

☐ **sim**

☒ **não**

Elaboração: Bruno Nunes Medeiros - Consultor Técnico Legislativo - Economista

Revisão: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo - Economista

PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 906/2013

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Jair Tatto, visa obrigar o Poder Executivo Municipal a promover na rede pública de ensino, ações sócio educativas, bem como preventivas visando o combate aos atos de violência contra a mulher. As ações terão como objetivo a conscientização e a erradicação de todas as formas de violência e discriminação contra as mulheres, através de campanhas informativas, material impresso e virtual, seminários, palestras e exposições.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos da Pauta da 2ª Reunião Extraordinária de 2015

Data da Reunião: 02/06/2015 - Horário: 12:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

20) PL 40/2014	Ver. LAÉRCIO BENKO (PHS)	Votação			
DISPÕE SOBRE A INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS E DE LAZER ADAPTADOS PARA ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
Relator: Ver. ABOU ANNI (PV)		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE SAÚDE					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: obriga a instalação de equipamentos esportivos e de lazer adaptados para alunos com necessidades especiais nas escolas municipais de São Paulo.

A propositura prevê que a instalação dos equipamentos adaptados caberá à Secretaria Municipal da Educação, em parceria com a comunidade escolar e que a conservação dos equipamentos esportivos adaptados caberá à comunidade escolar, que estimulará a participação dos alunos, pais e professores no seu zelo.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade, com apresentação de substitutivo "para adequar a redação do projeto para que a disponibilização desses aparelhos seja efetuada gradualmente, compatibilizando-se, assim, o atendimento ao interesse público das pessoas com deficiência com o princípio da independência e harmonia entre os Poderes, afastando o vício de inconstitucionalidade." (fls. 130 a 132).

Comissão de Administração Pública: favorável ao projeto, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl. 133).

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: favorável ao projeto, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl. 134).

Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher: favorável, com apresentação de substitutivo ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa a fim de que o termo "alunos com necessidades especiais" seja trocado para "alunos com deficiência ou mobilidade reduzida" (fls. 135 e 136).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

O projeto geraria despesas obrigatórias de caráter continuado, sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária.

Ressalte-se que as exigências estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal referentes a demonstrativos que mostrem tais dados (especificamente art. 16 [que exige estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas] e art. 17 [que determina comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais, contendo as premissas e

metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias) situam-se no contexto da gestão orçamentária e financeira, e a análise sob o ponto de vista do impacto presente e futuro nas despesas insere-se na competência desta Comissão, conforme estabelece o art. 47, II, "e", do Regimento Interno:

Regimento Interno

"Art. 47 É da competência específica:

....

II - Da Comissão de Finanças e Orçamento:

....

e) opinar sobre proposições referentes a matéria tributária, abertura de créditos, empréstimos públicos, dívida pública e outras que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município e acarretem responsabilidades para o erário municipal;"

Não consta(m) dos autos do processo a(s) estimativa/demonstração/medidas de compensação/premissas e metodologia de cálculo/comprovação exigida(s) pelos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000).

Sugere-se envio de quesitos ao Executivo.

Elaboração: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 40/2014

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Laércio Benko, visa obrigar a instalação de equipamentos esportivos e de lazer adaptados para alunos com necessidades especiais nas escolas municipais de São Paulo.

O projeto prevê que a instalação dos equipamentos adaptados caberá à Secretaria Municipal da Educação, em parceria com a comunidade escolar e que a conservação dos equipamentos esportivos adaptados caberá à comunidade escolar, que estimulará a participação dos alunos, pais e professores no zelo.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou substitutivo "para adequar a redação do projeto para que a disponibilização desses aparelhos seja efetuada gradualmente, compatibilizando-se, assim, o atendimento ao interesse público das pessoas com deficiência com o princípio da independência e harmonia entre os Poderes".

Por sua vez, a egrégia Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher apresentou substitutivo ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, a fim de que o termo "alunos com necessidades especiais" seja trocado para "alunos com deficiência ou mobilidade reduzida".

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, ao substitutivo apresentado pela Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos da Pauta da 2ª Reunião Extraordinária de 2015

Data da Reunião: 02/06/2015 - Horário: 12:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

21) PL 42/2014	Ver. LAÉRCIO BENKO (PHS)	Votação			
DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DA VIRADA ESTUDANTIL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Relator: Ver. PAULO FIORILO (PT) Parecer: FAVORAVEL			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: cria a Virada Estudantil, a ser realizada durante três dias consecutivos no mês de outubro, no período de aulas, em todas as escolas municipais. O projeto abrangerá as áreas de cultura e esportes para os alunos do Ensino Fundamental II das escolas municipais de São Paulo. O poder público municipal deverá providenciar o transporte dos participantes para as atividades realizadas fora da escola de frequência. A programação do evento será elaborada pela Secretaria da Educação, aceitando sugestões de alunos, professores e coordenadores pedagógicos.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 50 e 51).

Comissão de Administração Pública: realizou duas audiências públicas (fls. 52 a 54 e 56 e 57) com citações a fls. 54 e 57.

Essa Comissão apresentou parecer favorável (fls. 55).

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: parecer favorável (fls. 58).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

O projeto geraria despesas obrigatórias de caráter continuado, sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária.

Ressalte-se que as exigências estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal referentes a demonstrativos que mostrem tais dados (especificamente art. 16 [que exige estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas] e art. 17 [que determina comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais, contendo as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias]) situam-se no contexto da gestão orçamentária e financeira, e a análise sob o ponto de vista do impacto presente e futuro nas despesas insere-se na competência desta Comissão, conforme estabelece o art. 47, II, "e", do Regimento Interno:

Regimento Interno

"Art. 47 É da competência específica:

....

II - Da Comissão de Finanças e Orçamento:

....

e) opinar sobre proposições referentes a matéria tributária, abertura de créditos, empréstimos públicos, dívida pública e outras que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município e acarretem responsabilidades para o erário municipal;"

Não consta(m) dos autos do processo a(s) estimativa/demonstração/medidas de compensação/premissas

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos da Pauta da 2ª Reunião Extraordinária de 2015

Data da Reunião: 02/06/2015 - Horário: 12:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

e metodologia de cálculo/comprovação exigida(s) pelos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000).

Elaboração: Bruno Nunes Medeiro - Consultor Técnico Legislativo - Economia
Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 42/2014

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Laércio Benko, visa criar a Virada Estudantil, a ser realizada durante três dias consecutivos no mês de outubro, no período de aulas, em todas as escolas municipais. O projeto abrangerá as áreas de cultura e esportes para os alunos do Ensino Fundamental II das escolas municipais de São Paulo. O poder público municipal deverá providenciar o transporte dos participantes para as atividades realizadas fora da escola de frequência. A programação do evento será elaborada pela Secretaria da Educação, aceitando sugestões de alunos, professores e coordenadores pedagógicos.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

22) PL 342/2014	Ver. NELO RODOLFO (PMDB)	Votação			
ALTERA A DENOMINAÇÃO DO VIADUTO ANTÁRTICA PARA VIADUTO ANTÁRTICA - OBERDAN CATTANI SITUADO NA AVENIDA ANTÁRTICA, ÁGUA BRANCA, SUBPREFEITURA DA LAPA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Relator: Ver. OTA (PROS)					
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: altera a denominação do Viaduto Antártica, situado na Avenida Antártica, Subprefeitura da Lapa, para Viaduto Antártica - Oberdan Cattani.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade, com substitutivo que adapta a propositura às informações do Executivo (fls. 42-43).

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 44).

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 45).

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos da Pauta da 2ª Reunião Extraordinária de 2015

Data da Reunião: 02/06/2015 - Horário: 12:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Despesas, em tese, já orçadas.

Elaboração: Adriano Nunes Borges - Consultor Técnico Legislativo – Economia

Revisão: Bruno Nunes Medeiro - Consultor Técnico Legislativo – Economia

**PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 135/2011**

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Nelo Rodolfo, visa alterar a denominação do Viaduto Antártica, situado na Avenida Antártica, Subprefeitura da Lapa, para Viaduto Antártica - Oberdan Cattani.

Em seu parecer, a douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou substitutivo para adaptar a propositura às informações do Executivo.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, nos termos do substitutivo mencionado, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

23) PDL 77/2014 Ver. SANDRA TADEU (DEMOCRATAS)		Votação			
DISPÕE SOBRE A OUTORGA DE SALVA DE PRATA EM HOMENAGEM À ASSOCIAÇÃO AMIGOS PARA SEMPRE DA TERCEIRA IDADE DE VILA FORMOSA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
Relator: Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Parecer: FAVORAVEL					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: concede à Associação Amigos para Sempre da Terceira Idade de Vila Formosa a honraria em forma de Salva de Prata, pelos importantes e relevantes serviços prestados à sociedade, principalmente à comunidade da terceira idade. A entrega da referida homenagem será efetuada em Sessão Solene convocada para esse fim pelo Presidente da Câmara Municipal de São Paulo.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fl. 19)

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: favorável (fl. 20)

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos da Pauta da 2ª Reunião Extraordinária de 2015

Data da Reunião: 02/06/2015 - Horário: 12:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Despesas normalmente previstas

Elaboração: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo - Economista
Revisão: Adriano Nunes Borges - Consultor Técnico Legislativo - Economista

PARECER Nº DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 77/2014

O presente projeto de decreto legislativo, de autoria da nobre Vereadora Sandra Tadeu, concede à Associação Amigos para Sempre da Terceira Idade de Vila Formosa a honraria em forma de Salva de Prata, pelos importantes e relevantes serviços prestados à sociedade, principalmente à comunidade da terceira idade. A entrega da referida homenagem será efetuada em Sessão Solene convocada para esse fim pelo Presidente da Câmara Municipal de São Paulo.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

24) PDL 4/2015 Ver. NABIL BONDUKI (PT)		Votação			
DISPÕE SOBRE A OUTORGA DE TÍTULO DE CIDADÃO PAULISTANO AO SR. SERGIO VAZ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Relator: Ver. OTA (PROS) Parecer: FAVORAVEL			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: dispõe sobre a outorga de título de Cidadão Paulistano ao Sr. Sergio Vaz e determina que a honraria será conferida em Sessão Solene, a ser convocada pelo Presidente da Câmara Municipal de São Paulo, especialmente para esse fim.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fl. 19).

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: favorável (fl. 20)

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Despesas, em tese, normalmente previstas.

Elaboração: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo – Economista

Revisão: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo – Economista

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos da Pauta da 2ª Reunião Extraordinária de 2015

Data da Reunião: 02/06/2015 - Horário: 12:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

PARECER Nº DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 4/2015

O presente projeto de decreto legislativo, de autoria do nobre Vereador Nabil Bonduki, visa conceder o título de Cidadão Paulistano ao Sr. Sergio Vaz e determina que a honraria será conferida em Sessão Solene, a ser convocada pelo Presidente da Câmara Municipal de São Paulo, especialmente para esse fim.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

25) PDL 9/2015	Ver. EDIR SALES (PSD)	Votação			
DISPÕE SOBRE A OUTORGA DO TÍTULO DE CIDADÃO PAULISTANO AO SR.VANDERLEI LUXEMBURGO DA SILVA, E FIXA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
Relator: Ver. OTA (PROS)		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
Parecer: FAVORAVEL		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: dispõe sobre a outorga do Título de Cidadão Paulistano ao Sr. Vanderlei Luxemburgo da Silva, e fixa outras providências.

O art. 1º revoga os efeitos do Decreto Legislativo nº 59, de 14 de outubro de 1998, que concedeu o Título de Cidadão Paulistano a Wanderley Luxemburgo da Silva. Conforme a justificativa da propositura, ao revogar o mencionado Decreto Legislativo “o vício que se objetiva sanear se encontra no objeto do presente Projeto de Decreto Legislativo em homenagear a VANDERLEI LUXEMBURGO DA SILVA, grafia correta com as letras ‘V’ e ‘i’ no prenome Vanderlei e não ‘Wanderley’ como se fez ao homenageado no referido Decreto Legislativo nº 59/98... Ademais, fundamentalmente a presente proposição visa de fato conceder efetivamente a homenagem que nunca foi dada”.

Pelo art. 2º, fica concedida a honraria na forma do Título de Cidadão Paulistano ao Sr. Vanderlei Luxemburgo da Silva, pelos relevantes serviços prestados ao Município.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 25).

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: favorável (fls. 26).

Comissão de Finanças e Orçamento:

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Despesas, em tese, normalmente previstas.

Elaboração: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 9/2015

O presente projeto de decreto legislativo, de autoria da nobre Vereadora Edir Sales, visa dispor sobre a outorga do Título de Cidadão Paulistano ao Sr. Vanderlei Luxemburgo da Silva, e fixar outras providências.

O art. 1º revoga os efeitos do Decreto Legislativo nº 59, de 14 de outubro de 1998, que concedeu o Título de Cidadão Paulistano a Wanderley Luxemburgo da Silva. Conforme a justificativa da propositura, ao revogar o mencionado Decreto Legislativo “o vício que se objetiva sanear se encontra no objeto do presente Projeto de Decreto Legislativo em homenagear a VANDERLEI LUXEMBURGO DA SILVA, grafia correta com as letras ‘V’ e ‘i’ no prenome Vanderlei e não ‘Wanderley’ como se fez ao homenageado no referido Decreto Legislativo nº 59/98... Ademais, fundamentalmente a presente proposição visa de fato conceder efetivamente a homenagem que nunca foi dada”.

Pelo art. 2º, fica concedida a honraria na forma do Título de Cidadão Paulistano ao Sr. Vanderlei Luxemburgo da Silva, pelos relevantes serviços prestados ao Município.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

26) PR 35/2013	Ver. EDUARDO TUMA (PSDB)	Votação			
DISPÕE SOBRE CRIAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR DE PREVENÇÃO E COMBATE AO CÂNCER, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Relator: Ver. ABOU ANNI (PV) Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: dispõe sobre a criação da Frente Parlamentar de Prevenção e Combate ao Câncer, com o objetivo de promover a discussão, estudos e ações na cidade de São Paulo acerca do tema.

Segundo o art. 8º do projeto, o Portal da Câmara Municipal de São Paulo manterá um ícone para acesso aos trabalhos da Frente, com a relação dos membros e agenda das atividades.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade com apresentação de substitutivo “a fim de adequar a redação do art. 8º do projeto, a fim de que não incida ilegalidade, pois a redação atual viola os artigos 14, III, e 27, I, da Lei Orgânica do Município” (fls. 31/33).

O substitutivo altera a redação do art. 8º, de:

“Art. 8º O Portal da Câmara Municipal de São Paulo manterá um ícone para acesso aos trabalhos da Frente, com a relação dos membros e agenda de atividades.”

para:
“Art. 8º A Câmara Municipal de São Paulo disponibilizará os meios adequados para o funcionamento e para a divulgação das atividades desenvolvidas pela Frente Parlamentar.”

Comissão de Administração Pública: favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl. 34).

Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher: Pública: favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl. 35).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:
Despesas, em tese, já previstas.

Elaboração: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo - Economia
Revisão: Regina Eiko Kimachi - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº **DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O**
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 35/2013

O presente projeto de resolução, de autoria do nobre Vereador Eduardo Tuma, visa criar a Frente Parlamentar de Prevenção e Combate ao Câncer, com o objetivo de promover a discussão, estudos e ações na cidade de São Paulo acerca do tema.

Segundo o art. 8º do projeto, o Portal da Câmara Municipal de São Paulo manterá um ícone para acesso aos trabalhos da Frente, com a relação dos membros e agenda das atividades.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa exarou parecer pela legalidade, com apresentação de substitutivo “a fim de adequar a redação do art. 8º do projeto, a fim de que não incida ilegalidade, pois a redação atual viola os artigos 14, III, e 27, I, da Lei Orgânica do Município”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos da Pauta da 2ª Reunião Extraordinária de 2015

Data da Reunião: 02/06/2015 - Horário: 12:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Projetos de Deliberação das Comissões

27) PL 660/2006 Ver. TONINHO PAIVA (PR)		Votação			
DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA E AUTORIZA A DESAPROPRIAÇÃO DE ÁREA PARA A CRIAÇÃO DO PARQUE ECOLÓGICO DA CABECEIRA DO ARICANDUVA, SITUADO NO DISTRITO DE IGUATEMI, SUBPREFEITURA DE SÃO MATEUS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Relator: Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: declara de utilidade pública e autoriza a desapropriação de área para a criação do Parque Ecológico da Cabeceira do Aricanduva, situada no Distrito de Iguatemi, Subprefeitura de São Mateus. A propositura determina que a área em questão deverá ter mantida suas características naturais, sofrendo, contudo, as necessárias adaptações a fim de que se destine à recreação infantil e ao lazer da população, além de determinar a criação de um conselho gestor definido pelo Executivo.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: parecer pela constitucionalidade e legalidade (fls. 13/15) com apresentação de substitutivo visando “inserir no texto original o dispositivo legal do Decreto-lei nº 3.365, de 1941, em que o mesmo se fundamenta” e “suprimir os artigos 3º e 5º na parte que alude à implantação de determinados equipamentos sociais, bem como a criação de Conselho Gestor do referido parque, tendo em conta que estas são atribuições típicas do Executivo (...)”. (fls. 14).

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: realizou duas audiências públicas, em 27 de maio de 2009 e 03 de junho de 2009, com menção ao PL às fls. 18 e 21. Não houve inscitos. Essa Comissão manifestou-se favoravelmente ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Comissão de Administração Pública: parecer favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl. 38)

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Em avaliação preliminar, a ser confirmada por informações adicionais, inclusive provenientes do Executivo, o projeto geraria despesas obrigatórias de caráter continuado referentes à instalação e manutenção do Parque, sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária.

Ressalte-se que as exigências estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal referentes a demonstrativos que mostrem tais dados (especificamente art. 16 [que exige estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas] e art. 17 [que determina comprovação de que a

despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais, contendo as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias]) situam-se no contexto da gestão orçamentária e financeira, e a análise sob o ponto de vista do impacto presente e futuro nas despesas insere-se na competência desta Comissão, conforme estabelece o art. 47, II, “e”, do Regimento Interno:

Regimento Interno

“Art. 47 É da competência específica:

....

II - Da Comissão de Finanças e Orçamento:

....

e) opinar sobre proposições referentes a matéria tributária, abertura de créditos, empréstimos públicos, dívida pública e outras que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município e acarretem responsabilidades para o erário municipal;”

Não consta(m) dos autos do processo a(s) estimativa/demonstração/medidas de compensação/premissas e metodologia de cálculo/comprovação exigida(s) pelos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000).

Solicitamos orientação para elaborar minuta de relatório:

Para maiores detalhes, sugerimos quesitos ao Executivo.

Elaboração: Sidney Richard Sylvestre - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 660/2006

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Toninho Paiva, visa declarar de utilidade pública e autorizar a desapropriação de área para a criação do Parque Ecológico da Cabeceira do Aricanduva, situado no distrito de Iguatemi, Subprefeitura de São Mateus.

A propositura determina que a área em questão deverá ter mantida suas características naturais, sofrendo, contudo, as necessárias adaptações a fim de que se destine à recreação infantil e ao lazer da população, além de estabelecer a criação de um conselho gestor definido pelo Executivo.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa exarou parecer pela constitucionalidade e legalidade com apresentação de substitutivo visando “inserir no texto original o dispositivo legal do Decreto-Lei nº 3.365, de 1941, em que o mesmo se fundamenta” e “suprimir os artigos 3º e 5º na parte que alude à implantação de determinados equipamentos sociais, bem como a criação de Conselho Gestor do referido parque, tendo em conta que estas são atribuições típicas do Executivo (...)”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do mencionado substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos da Pauta da 2ª Reunião Extraordinária de 2015

Data da Reunião: 02/06/2015 - Horário: 12:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

28) PL 145/2011	Ver. SALOMÃO PEREIRA (PSDB)	Votação			
REGULAMENTA O USO DE GPS AOS VEÍCULOS TÁXIS EQUIPADOS DE SISTEMA DE POSICIONAMENTO GLOBAL GPS POR SATÉLITES NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
Relator: Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
Parecer: FAVORAVEL COM SUBSTITUTIVO		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: dispõe sobre a regulamentação do uso de GPS (Sistema de Posicionamento Global) pelos taxistas no Município de São Paulo. Dentre outras disposições, a proposição determina que o taxista ficaria dispensado de ter em seu veículo um guia de ruas quando o veículo estiver equipado com sistema de GPS e que em um prazo de 5 (cinco) anos, o uso de aparelhos de GPS deverá ser obrigatório, em substituição aos guias de ruas atuais.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade, com substitutivo que adapta a proposição aos ditames da Lei Complementar Federal 95/98, que trata da elaboração, redação, alteração e consolidação das leis. (fls. 14/17)

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa. (fl. 18)

Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia: favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa. (fls. 19/20)

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

A proposição geraria despesas, em tese, normalmente previstas. Contudo, o substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:

- cita a Lei 7.329 como de 1968, sendo o correto 1969 (fls. 16);
 - estabelece como prazo para adequação "até 1º de janeiro de 2017", tendo sido o parecer exarado em 2011; o texto original fixava o prazo de 5 anos após a publicação do projeto como lei.
- Sugerimos novo substitutivo com correção do ano da lei e fixação do prazo de 5 anos.

Elaboração: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Regina Eiko Kimachi - Consultora Técnica Legislativa - Economia

PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 145/2011

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Salomão Pereira, visa dispor sobre a regulamentação do uso de GPS (Sistema de Posicionamento Global) pelos taxistas no Município de São

Paulo.

Dentre outras disposições, a propositura determina que o taxista ficaria dispensado de ter em seu veículo um guia de ruas quando o veículo estiver equipado com sistema de GPS e que, em um prazo de 5 (cinco) anos, o uso de aparelhos de GPS deverá ser obrigatório, em substituição aos guias de ruas atuais.

Em seu parecer, a douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou substitutivo que adapta o projeto aos ditames da Lei Complementar Federal 95/98, que trata da elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, nos termos do substitutivo mencionado, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, portanto, é o parecer. Contudo, tendo em vista equívoco redacional ao mencionar o ano da Lei 7.329/1969, além de restabelecer o prazo de 5 anos para entrada em vigor da obrigatoriedade de utilização de GPS, apresentamos o seguinte substitutivo:

SUBSTITUTIVO Nº

AO PROJETO DE LEI Nº 145/2011

Acrescenta alínea "g" ao art. 15 e altera a redação do inciso IV do art. 42, da Lei nº 7.329, de 11 de julho de 1969, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de São Paulo DECRETA:

Art. 1º Fica incluída alínea "g" no art. 15, da Lei nº 7.329, de 11 de julho de **1969**, com a seguinte redação:

"Art. 15 ...

...

g) GPS (Sistema de Posicionamento Global), em substituição ao guia de ruas." (NR)

Art. 2º Fica alterada a redação do inciso IV do art. 42, da Lei nº 7.329, de 11 de julho de **1969**, alterado pela Lei nº 10.308, de 22 de abril de 1987, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 42. ...

...

IV - não portar no veículo guia atualizado das ruas de São Paulo ou GPS (Sistema de Posicionamento Global) em funcionamento, observado o disposto na alínea "g" do art. 15 desta lei;" (NR)

Art. 3º As despesas com a execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, sendo que o disposto na alínea "g" do art. 15 da Lei nº 7.329, de 11 de julho de 1969, produzirá efeitos 5 (cinco) anos após essa data, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos da Pauta da 2ª Reunião Extraordinária de 2015

Data da Reunião: 02/06/2015 - Horário: 12:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

29) PL 421/2012	Ver. GILSON BARRETO (PSDB); Ver. AURELIO NOMURA (PSDB); Ver. ANIBAL DE FREITAS FILHO (PSDB); Ver. FLORIANO PESARO (PSDB); Ver. JOSÉ ROLIM (PSDB); Ver. ADOLFO QUINTAS (PSDB); Ver. CLAUDINHO DE SOUZA (PSDB); Ver. QUITO FORMIGA (PR); Ver. AGNALDO TIMÓTEO (PR); Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB); Ver. SANDRA TADEU (DEMOCRATAS); Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS); Ver. CARLOS APOLINARIO (PMDB); Ver. NETINHO DE PAULA (PDT); Ver. ITALO CARDOSO (PT); Ver. JULIANA CARDOSO (PT); Ver. ALFREDINHO (PT); Ver. SENIVAL MOURA (PT); Ver. JOSÉ FERREIRA (ZELÃO) (PT); Ver. CARLOS NEDER (PT); Ver. JOSE AMERICO (PT); Ver. ADILSON AMADEU (PTB); Ver. PAULO FRANGE (PTB); Ver. CELSO JATENE (PTB); Ver. NATALINI (PV); Ver. DALTON SILVANO (PV); Ver. ABOU ANNI (PV); Ver. ELISEU GABRIEL (PSB); Ver. ATILA RUSSOMANNO (PP); Ver. OLIVEIRA (PSD); Ver. FERNANDO ESTIMA (PSD); Ver. MARTA COSTA (PSD); Ver. GOULART (PSD); Ver. USHITARO KAMIA (PSD); Ver. SOUZA SANTOS (PSD); Ver. MILTON FERREIRA (PSD); Ver. EDIR SALES (PSD); Ver. MARCO AURELIO CUNHA (PSD); Ver. DAVID SOARES (PSD); Ver. JAMIL MURAD (PC DO B); Ver. NOEMI NONATO (PROS)	Votação			
			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
INTRODUZ ALTERAÇÃO NO PARÁGRAFO ÚNICO E NO CAPUT DO ARTIGO 11, NOS §§ 1º E 2º E CAPUT DO ARTIGO 12 E, NOS ARTIGOS 14 E 15 DA LEI Nº 15.442, DE 9 DE SETEMBRO DE 2011.					
Relator: Ver. OTA (PROS)					
Parecer: FAVORAVEL COM SUBSTITUTIVO					
Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.					
ASSUNTO: Calçadas. Para regularizar a limpeza, o fechamento ou o passeio, conforme o caso, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, não haverá multa.					
Introduz alteração no Parágrafo único e no caput do artigo 11, nos §§ 1º e 2º e caput do artigo 12 e, nos					

artigos 14 e 15 da Lei nº 15.442, de 9 de setembro de 2011, que dispõe sobre a limpeza de imóveis, o fechamento de terrenos não edificadas e a construção e manutenção de passeios, bem como cria o Disque-Calçadas; revoga as Leis nº 10.508, de 4 de maio de 1988, e nº 12.993, de 24 de maio de 2000, o art. 167 e o correspondente item constante do Anexo VI da Lei nº 13.478, de 30 de dezembro de 2002.

De acordo com a justificativa, a Lei 15.442, de 9 de setembro de 2011, ainda não é aplicada pela maioria dos municípios, pela falta de clareza, bem como, pela falta de orientação pela municipalidade. “Por esta razão e, para efeitos da ampla defesa e o contraditório previstos no artigo 5º da Constituição Federal, se faz necessário dar ciência da irregularidade constatada para, somente depois de decorrido o prazo para regularização, promover aplicação de multas de postura.”

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: Em 28/11/2012, parecer pela constitucionalidade e legalidade, com substitutivo a fim de adequar o presente projeto de lei à melhor técnica de elaboração legislativa (fls. 96/99).

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: Contrário (“... verificou que suas disposições se tornaram superadas pela recente aprovação nesta Casa da Lei nº **15.733, de 3 de maio de 2013**, e desta forma se posiciona contrariamente à aprovação deste Projeto de Lei” – fls. 104)

Comissão de Administração Pública: Favorável, nos termos do substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 105).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

O projeto altera dispositivos da Lei 15.442/11 que ganharam nova redação com a Lei 15.733/13, conforme quadro comparativo a seguir. Observe-se que o art. 11 do projeto revoga a multa, enquanto a Lei 15.733/13 aumenta o prazo de 30 para 60 dias para regularizar a limpeza, o fechamento ou o passeio, conforme o caso.

No caso de posição favorável, será necessária a apresentação de **substitutivo** ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa para alterar o seguinte:

- No art. 1º, mencionar que o art. 11 da Lei 15.442 foi alterado pela Lei 15.733:

“Art. 1º O artigo 11 da Lei 15.442 de 9 de setembro de 2011, **alterado pela Lei 15.733, de 3 de maio de 2013**, passa a vigorar com a seguinte redação:”

- No art. 2º, acrescentar o “caput”:

“Art. 2º O **caput** e os §§ 1º e 2º do art. 12, da Lei 15.442 de 9 de setembro de 2011, passam a vigorar com a seguinte redação:”

- No art. 3º, mencionar a **Lei 15.733, de 3 de maio de 2013**:

“Art. 3º O artigo 14 da Lei 15.442 de 9 de setembro de 2011, **alterado pela Lei 15.733, de 3 de maio de 2013**, passa a vigorar com a seguinte redação:”

- No art. 4º, acrescentar o termo “caput”, pois o art. 15 também tem o parágrafo único, que atualiza o valor das multas.

“Art. 4º O **caput** do artigo 15 da Lei 15.442 de 9 de setembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:”

- Observe-se que o art. 11 do substitutivo não tem mais menção a multa.

Elaboração: Regina Eiko Kimachi - Consultora Técnica Legislativa - Economia

Revisão: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 421/2012

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Eliseu Gabriel, com posterior coautoria de

outros 40 Vereadores, visa introduzir alteração no parágrafo único e no caput do artigo 11, nos §§ 1º e 2º e caput do artigo 12 e nos artigos 14 e 15 da Lei nº 15.442, de 9 de setembro de 2011, que dispõe sobre a limpeza de imóveis, o fechamento de terrenos não edificadas e a construção e manutenção de passeios, bem como cria o Disque-Calçadas.

De acordo com a justificativa, a Lei 15.442/2011 ainda não é aplicada pela maioria dos munícipes, pela falta de clareza, bem como pela falta de orientação pela Municipalidade; “Por esta razão e, para efeitos da ampla defesa e o contraditório previstos no artigo 5º da Constituição Federal, se faz necessário dar ciência da irregularidade constatada para, somente depois de decorrido o prazo para regularização, promover aplicação de multas de postura”.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou parecer em 28 de novembro de 2012 pela constitucionalidade e legalidade, com substitutivo a fim de adequar o presente projeto de lei à melhor técnica de elaboração legislativa.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer. Contudo, tendo em vista que a Lei 15.442/2011 foi alterada pela Lei 15.733/2013, e que o art. 4º do projeto, ao dar nova redação ao art. 15 da Lei 15.442/11, não menciona o parágrafo único que trata da atualização da multa, sugerimos substitutivo ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme segue:

SUBSTITUTIVO Nº

AO PROJETO DE LEI Nº 421/2012

Altera a redação do artigo 11, do caput e dos §§ 1º e 2º do art. 12 e dos arts. 14 e 15 da Lei nº 15.442, de 9 de setembro de 2011, que dispõe sobre a limpeza de imóveis, o fechamento de terrenos não edificadas e a construção e manutenção de passeios, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de São Paulo DECRETA:

Art. 1º O art. 11 da Lei nº 15.442, de 9 de setembro de 2011, **alterado pela Lei nº 15.733, de 3 de maio de 2013**, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11. O descumprimento das disposições desta lei acarretará a lavratura, por irregularidade constatada, de intimação para regularizar a limpeza, o fechamento ou o passeio, conforme o caso, no prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias.” (NR)

Art. 2º O **caput** e os §§ 1º e 2º do art. 12 da Lei nº 15.442, de 9 de setembro de 2011, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12. O auto de intimação será dirigido ao responsável ou seu representante legal, assim considerados o mandatário, o administrador ou o gerente, pessoalmente ou por via postal com aviso de recebimento, no endereço constante do Cadastro Imobiliário Fiscal, nos termos da lei nº 10.208, de 05 de dezembro de 1986.

§ 1º Presumir-se-á o recebimento da intimação, encaminhada ao endereço constante do Cadastro Imobiliário Fiscal.

§ 2º A intimação para regularização será objeto de publicação por edital no Diário Oficial da Cidade. (...)” (NR)

Art. 3º O art. 14 da Lei nº 15.442, de 9 de setembro de 2011, **alterado pela Lei nº 15.733, de 3 de maio de 2013**, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 14. Na hipótese do não atendimento da intimação nos prazos estabelecidos no art. 11 e parágrafo único desta lei, será lavrada multa.” (NR)

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos da Pauta da 2ª Reunião Extraordinária de 2015

Data da Reunião: 02/06/2015 - Horário: 12:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Art. 4º O **caput** do art. 15 da Lei nº 15.442, de 9 de setembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 15. Os valores das multas previstas nos arts. 8º, 14 e § 1º do art. 20 desta lei serão os constantes do Anexo Único integrante desta lei.” (NR)

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

30) PL 513/2013	Ver. EDUARDO TUMA (PSDB)	Votação			
DISPÕE SOBRE O TEMPO MÁXIMO DE ESPERA PARA ATENDIMENTO DOS CONSUMIDORES NOS CAIXAS DE SUPERMERCADOS, HIPERMERCADOS INSTALADOS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Relator: Ver. ABOU ANNI (PV) Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por 3 (três) sessões a pedido do Ver. Ricardo Nunes em 22/04/2015. Adiado por 2 (duas) sessões em 13/05/2015 a pedido do Ver. Paulo Fiorilo.

ASSUNTO: O projeto obriga os mercados, supermercados e hipermercados, inclusive lojas de conveniência, instalados no Município de São Paulo a prestar, em seus caixas, atendimento dentro do tempo máximo de espera de até 20 (vinte) minutos. Para efeito do controle de tempo de espera até o atendimento dos caixas, os estabelecimentos fornecerão bilhetes ou senhas onde constarão impressos os horários de início da espera e o atendimento nos caixas.

Determina ainda que será obrigatória a afixação de placas informativas nos locais abrangidos por esta lei, em local visível e de fácil leitura, contendo o número da lei, seu autor e os seguintes dizeres: “O tempo máximo de espera dos consumidores, nos caixas deste estabelecimento, não poderá ultrapassar 20 (vinte) minutos.” Estabelece ainda cláusula de multa no caso de não cumprimento e reincidência.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: apresentou substitutivo “para fixar o valor da multa em reais, tendo em vista a extinção da UFM em 01/01/96, e também para adequar o projeto à melhor técnica de elaboração legislativa” (fls. 11 a 14).

Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia: favorável ao substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 15 e 16).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Caso aprovado, o projeto implica despesa obrigatória de caráter continuado referente à fiscalização do cumprimento da norma. Sugere-se o envio de quesitos ao Executivo.

Tendo em vista o impacto financeiro sobre o custo dos estabelecimentos que terão que, eventualmente, contratar mais pessoal e instalar sistemas para fornecimento de senhas, sugerimos a realização de audiência pública para ouvir os representantes do setor.

Consta dos autos do processo a(s) estimativa/demonstração/medidas de compensação/premissas e metodologia de cálculo/comprovação exigida(s) pelos seguintes dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (**sim ou não**):

Art. 16 - A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - **estimativa** do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

☐ **sim** ☒ **não**

Art. 16 - ...

....

§ 2º - A estimativa de que trata o inciso I do *caput* será acompanhada das **premissas e metodologia de cálculo** utilizadas.

☐ **sim** ☒ **não**

Art. 17 - Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1º - Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o *caput* deverão ser instruídos com a **estimativa** prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

§ 2º - Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será acompanhado de **comprovação** de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no § 1º do art. 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

Art. 4º ...

.....

§ 1º Integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

§ 3º - Para efeito do § 2º, considera-se aumento permanente de receita o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 4º - A **comprovação** referida no § 2º, apresentada pelo proponente, conterá as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias.

☐ **sim** ☒ **não**

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos da Pauta da 2ª Reunião Extraordinária de 2015

Data da Reunião: 02/06/2015 - Horário: 12:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Elaboração: Bruno Nunes Medeiro - Consultor Técnico Legislativo - Economista
Revisão: Regina Eiko Kimachi – Consultora Técnica Legislativa - Economista

PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 513/2013

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Eduardo Tuma, visa obrigar os mercados, supermercados e hipermercados, inclusive lojas de conveniência, instalados no Município de São Paulo a prestar, em seus caixas, atendimento dentro do tempo máximo de espera de até 20 (vinte) minutos. Para efeito do controle de tempo de espera até o atendimento dos caixas, os estabelecimentos fornecerão bilhetes ou senhas onde constarão impressos os horários de início da espera e o atendimento nos caixas.

Determina ainda que será obrigatória a afixação de placas informativas nos locais abrangidos por esta propositura, em local visível e de fácil leitura, contendo o número da lei, seu autor e os seguintes dizeres: “O tempo máximo de espera dos consumidores, nos caixas deste estabelecimento, não poderá ultrapassar 20 (vinte) minutos.” Estabelece ainda cláusula de multa aos infratores.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou substitutivo “para fixar o valor da multa em reais, tendo em vista a extinção da UFM em 01/01/96, e também para adequar o projeto à melhor técnica de elaboração legislativa”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

31) PL 212/2014	Ver. TONINHO VESPOLI (PSOL)	Votação			
DENOMINA PRAÇA CARMELINA CUSTÓDIA, A PRAÇA SEM NOME SITO ENTRE AS RUAS BAIA DE SÃO JOSÉ, ALT.DO Nº 254 E R.RIBEIRÃO DAS LARANJEIRAS, ALT. DO Nº 45, SUBDISTRITO DE JARDIM PERI, SUBPREFEITURA DA CASA VERDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.
Relator: Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)					
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: denomina Praça Carmelina Custódia a praça sem nome situada entre as Ruas Baia de São José, altura do número 254, e Rua Ribeirão das Laranjeiras, altura do número 45, Subdistrito de Jardim Peri, Subprefeitura da Casa Verde.

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos da Pauta da 2ª Reunião Extraordinária de 2015

Data da Reunião: 02/06/2015 - Horário: 12:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: solicitou quesitos ao Executivo sobre a situação do logradouro mencionado na propositura (fl. 34) com respostas às fls. 35/37.

Essa Comissão exarou parecer pela legalidade (fls. 38/39), com apresentação de substitutivo visando contemplar solicitação do Autor para correção do nome proposto (Praça Carmelina Custódio no lugar de Praça Carmelina Custódia) e ajustar a descrição do logradouro, nos termos propostos pelo Executivo. A ementa do substitutivo tem a seguinte redação: "Denomina Praça Carmelina Custódio o logradouro público inominado que especifica, localizado no Distrito da Cachoeirinha, Subprefeitura Casa Verde/Cachoeirinha, e dá outras providências."

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl. 40)

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl. 41)

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Despesas, em tese, normalmente previstas.

Elaboração: Sidney Richard Sylvestre - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 212/2014

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Toninho Vespoli, visa denominar Praça Carmelina Custódia a praça sem nome situada entre as ruas Baia de São José, altura do número 254, e Rua Ribeirão das Laranjeiras, altura do número 45, Subdistrito de Jardim Peri, Subprefeitura da Casa Verde.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou substitutivo visando contemplar solicitação do Autor para correção do nome proposto e ajustar a descrição do logradouro, nos termos propostos pelo Executivo. A ementa do substitutivo tem a seguinte redação: "Denomina Praça Carmelina Custódio o logradouro público inominado que especifica, localizado no Distrito da Cachoeirinha, Subprefeitura Casa Verde/Cachoeirinha, e dá outras providências."

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do referido substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

32) PL 376/2014	Ver. ANTONIO DONATO (PT)	Votação			
ALTERA A LEI 14.485, DE 19/07/07, PARA INCLUIR NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DA CIDADE DE SP, A FESTA RELIGIOSA E CULTURAL "CÍRIO DE NAZARÉ EM SP", A SER REALIZADA, ANUALMENTE, NO PRIMEIRO FINAL DE SEMANA DO MÊS DE SETEMBRO; EXCETUANDO-SE OS ANOS EM QUE O DIA 8 DE SETEMBRO, DIA DE N. SRA. DE NAZARÉ, VENHA A SER DOMINGO; NESTES			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

CASOS A FESTA SERÁ REALIZADA NO 2º FINAL DE SEMANA DE SETEMBRO.	
Relator: Ver. ABOU ANNI (PV)	
Parecer: FAVORAVEL	
Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.	
ASSUNTO: altera a Lei nº 14.485, de 19 de Julho de 2007, para incluir no Calendário Oficial de Eventos da Cidade de São Paulo a Festa Religiosa e Cultural "Círio de Nazaré em São Paulo", a ser realizada, anualmente, no primeiro final de semana do mês de setembro; excetuando-se os anos em que o dia 08 (oito) de setembro, dia de N. Sra. De Nazaré, venha a ser domingo; situação em que a festa será realizada no segundo final de semana de setembro.	
Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 11). Comissão de Educação, Cultura e Esportes: parecer favorável (fls. 13).	
Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento: A implantação do disposto no projeto implica despesas, em tese, já orçadas	
Elaboração: Adriano Nunes Borges – Consultor Técnico Legislativo - Economia Revisão: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo - Economia	
PARECER Nº PROJETO DE LEI Nº 376/2014	DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O
<p>O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Antonio Donato, visa alterar a Lei nº 14.485, de 19 de Julho de 2007, para incluir no Calendário Oficial de Eventos da Cidade de São Paulo a Festa Religiosa e Cultural "Círio de Nazaré em São Paulo", a ser realizada, anualmente, no primeiro final de semana do mês de setembro; excetuando-se os anos em que o dia 08 (oito) de setembro, dia de N. Sra. De Nazaré, venha a ser domingo; situação em que a festa será realizada no segundo final de semana de setembro.</p> <p>Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.</p> <p>Favorável, portanto, é o parecer.</p> <p>Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em</p>	

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos da Pauta da 2ª Reunião Extraordinária de 2015

Data da Reunião: 02/06/2015 - Horário: 12:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

33) PL 473/2014	Ver. EDUARDO TUMA (PSDB)	Votação			
ALTERA A LEI Nº 14.485 DE 19 DE JULHO DE 2007 PARA INCLUIR O PROGRAMA DE PREVENÇÃO AO CÂNCER DE PELE A SER REALIZADO ANUALMENTE NO MÊS DE NOVEMBRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
Relator: Ver. PAULO FIORILO (PT)		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, que consolida a Legislação Municipal referente a datas comemorativas, eventos e feriados do Município de São Paulo, para incluir o Programa de Prevenção ao Câncer de Pele, a ser realizado, anualmente, no mês de novembro, com o objetivo de sensibilizar a população quanto à importância da prevenção primária e secundária do câncer de pele e divulgar os direitos que asseguram a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos tipos de cânceres envolvendo a pele, mediante organização de eventos que podem se estender durante todo o período de verão, com participação voluntária de médicos, profissionais da saúde e população interessada, incentivando-se a distribuição de cartilhas nos arredores de estabelecimentos de saúde, dentre outros de relevante importância e grande fluxo de pessoas.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade, com apresentação de substitutivo "a título de aperfeiçoamento do projeto de Lei em análise, adaptando-o às regras de técnica legislativa elencadas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis" (fls. 20/21)

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: favorável, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl. 22).

Comissão de Finanças e Orçamento:

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Despesas, em tese, normalmente previstas.

Elaboração: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 473/2014

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Eduardo Tuma, visa alterar a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, que consolida a legislação municipal referente a datas comemorativas, eventos e

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos da Pauta da 2ª Reunião Extraordinária de 2015

Data da Reunião: 02/06/2015 - Horário: 12:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

feriados do Município de São Paulo, para incluir o Programa de Prevenção ao Câncer de Pele, a ser realizado, anualmente, no mês de novembro, com o objetivo de sensibilizar a população quanto à importância da prevenção primária e secundária do câncer de pele e divulgar os direitos que asseguram a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos tipos de cânceres envolvendo a pele, mediante organização de eventos que podem se estender durante todo o período de verão, com participação voluntária de médicos, profissionais da saúde e população interessada, incentivando-se a distribuição de cartilhas nos arredores de estabelecimentos de saúde, dentre outros de relevante importância e grande fluxo de pessoas.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou substitutivo “a título de aperfeiçoamento do projeto de Lei em análise, adaptando-o às regras de técnica legislativa elencadas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos da Pauta da 2ª Reunião Extraordinária de 2015

Data da Reunião: 02/06/2015 - Horário: 12:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Requerimentos

34) REQ. FIN 35/2015	Ver. ADILSON AMADEU (PTB)				
Data do Requerimento: 26/05/2015					
<p>REQUEIRO a douta Comissão de Finanças, na pessoa de seu Presidente Nobre Vereador Police Neto, que nos termos regimentais, seja providenciado o quanto segue:</p> <p>Considerando, a aprovação do requerimento de informações nº 95/14 pela Comissão de Finanças, que trata da contratação de auditoria pela gestão Haddad a fim de analisar e aperfeiçoar o Sistema de Transporte Público na Cidade de São Paulo, que em suma concluiu pela possibilidade de redução da margem de lucro das concessionárias, reconfiguração das linhas, aprimoramento de fiscalização, a substituição do modelo de cooperativas, entre outros aspectos que serão objeto para definição de regras para a nova licitação;</p> <p>Considerando, que a reposta encaminhada referente ao requerimento aprovado veio incompleta uma vez que o resultado, ou seja, o produto da auditoria a cargo da ERNST & YOUNG, que custou R\$ 4 milhões de reais, não foi disponibilizada conforme solicitado;</p> <p>Assim, requeiro seja oficiado à SPTRANS, para que encaminhe urgentemente, cópia do relatório de auditoria emitido pela Ernest Young (EY) de capa a capa, cujo objeto fora a Verificação Independente dos Contratos de Concessão e Permissão do Sistema de Transporte Público por Ônibus de São Paulo, período de Operação 2003 a 2013, bem como, que informem e encaminhem o seguinte:</p> <p>1. O cronograma do trabalho de verificação, bem como saber se o objeto do contrato com a Ernest Young já foi totalmente executado, se negativo o que falta a concluir;</p> <p>2. Informar se foram realizados aditivos aos contratos?</p> <p>3. Qual foi o valor total pago a Ernest Young incluindo aditivos?</p> <p>4. Tendo em vista o relatório produzido pela Ernest Young quais foram às providências adotadas pela SPTRANS para o próximo Edital e Contrato de Concessão?</p>					
		Votação			
			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
35) REQ. FIN 36/2015	Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)				
Data do Requerimento: 27/05/2015					

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos da Pauta da 2ª Reunião Extraordinária de 2015

Data da Reunião: 02/06/2015 - Horário: 12:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Considerando a matéria publicada no site da Prefeitura de São Paulo, no dia 23/05/2015 (em anexo) "Empreendimento São Sebastião beneficia 156 famílias que viviam em áreas de risco";

Considerando que na referida matéria o Exmo. Senhor Prefeito afirma que "Desde o início da gestão, nós já compramos terra para mais de 60 mil unidades habitacionais";

Considerando a importância da política habitacional realizada pelo município, para oportunizar à população de baixa renda ao acesso a moradias adequadas;

Considerando ainda a importância que o parlamento municipal vem dando à questão da moradia popular, em especial na elaboração de leis que fomentam a produção habitacional para a população de baixa renda.

REQUEIRO, nos termos do Regimento Interno, à presidência desta douta Casa, que seja oficiada à Secretaria Municipal de Habitação, com cópia ao gabinete do Exmo. Senhor Prefeito, solicitando às seguintes informações:

- Quais foram e onde se localizam os imóveis adquiridos pela Administração para viabilizar a construção das 60 mil unidades habitacionais, com seus respectivos zoneamentos, mencionadas pelo Sr. Prefeito;
- Dos imóveis adquiridos, quais foram os valores pagos e quais as fontes de recursos utilizadas para efetivação das aquisições;
- Informar se foram realizados estudos de aproveitamento, projetos básicos e/ou executivos para os Empreendimentos de Habitação de Interesse Social, em caso afirmativo enviar cópias, preferencialmente em arquivos digitais.

	Votação			
		Favor	Contra	Abst.
	Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
	Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
	Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
	Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
	Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
	Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
	Ver. OTA (PROS)	-	-	-
	Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
	Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-